



PREFEITURA MUNICIPAL DE
IVATÊ

Estado do Paraná

III
Plano Municipal de
Segurança Alimentar e
Nutricional

PLAMSAN – 2026/2029

IDENTIFICAÇÃO

Município: IVATÉ – PR

Porte Populacional: Pequeno

População estimada: 6.831 pessoas (IBGE: Censo 2022)

Localização: Região Noroeste

Prefeitura Municipal de Ivaté

Nome do Prefeito: Denilson Vaglieri Prevital

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2025 - Término: 31/12/2028

Endereço da Prefeitura: Avenida Rio de Janeiro, 2758

CEP: 87.525-000 - **Telefone:** (44) 3673-8000

Site: gabinete@ivate.pr.gov.br

Órgão Gestor da Agricultura

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Número da lei de criação do órgão: Lei Complementar 90/2018

Responsável: Claudio Sacramento Turner

Ato de nomeação: Portaria nº 003/2021- **Data de nomeação:** 01/01/2025

Endereço órgão gestor: Rod. PR 082 km 01

CEP: 87.525-000 - **Telefone:** (44) 984570013

E-mail: meioambienteivate@gmail.com

Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Número da lei de criação do órgão: Lei Complementar 90/2018

Responsável: Katiane Anselmo de Souza

Ato de Nomeação: Portaria nº 432/2025 - **Data da Nomeação:** 22/09/2025

Endereço: Avenida Rio de Janeiro, nº 2273

CEP: 87.525-000 - **Telefone:** (44) 36732019 –

E-mail: socialivate@hotmail.com

Órgão Gestor da Educação

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Educação

Número da lei de criação do órgão: Lei Complementar 90/2018

Responsável: Jodele Paes Milani Leme

Ato de nomeação: Portaria nº014/2025 - **Data de nomeação:** 01/01/2025

Endereço: Avenida Rio de Janeiro, 2774

CEP: 87.525-000 - **Telefone:** (44)3673 1598

E-mail: educacao@ivate.pr.gov.br

Órgão Gestor da Saúde

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Saúde

Número da lei de criação do órgão: Lei Complementar 90/2018

Responsável: Lenir Aparecida de Moura

Ato de nomeação: Portaria nº 013/2025 **Data de nomeação:** 01/01/2021

Endereço órgão gestor: Rua Mandaguari, 2205

CEP: 87.525-000 - **Telefone:** (44) 3673 1280

E-mail: secretariasaudeivate@gmail.com

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA do município de Ivaté – PR. Portaria nº. 003/2026

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

Titular: Jodele Paes Milani Leme

Suplente: Fabiana Paula Bidoia Angelo

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Titular: Claudio Sacramento Turner

Suplente: Anderson Bergamasco Hryczyna

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Katiane Anselmo de Souza

Suplente: Marcia Nogueira de Queiroz Miranda

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

SINDICATO RURAL DE IVATÉ

Titular: Tania Cristina Fabri Perin

Suplente: Aparecida de Fátima de Sá Oliveira

IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS

Titular: Edson Donizete Machado

Suplente: Juliana Alves dos Santos

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE IVATÉ - HORTIFRUTI

Titular: Osmar Afonso

Suplente: Santo Alberto Romanini

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVATE - APAE

Titular: Solange Tomé Felipe Quadreli

Suplente: Renata Jaqueline de Melo

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IVATÉ

Titular: José Rodrigues Dias

Suplente: Jucilei Marculino da Silva Marto

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE IVATÉ

Titular: Fernanda Mobilia Pavin

Suplente: Renato Gil Campaner

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
Conceito de Segurança Alimentar E Nutricional: Contextualização Internacional e Nacional.....	12
1 INFORMAÇÕES GERAIS.....	16
<i>1.1 Perfil da população idosa de Ivaté.....</i>	22
<i>1.2 Aspectos Educacionais do Município de Ivaté – PR.....</i>	23
<i>1.3 Aspectos Ambientais e Agrícolas do Município de Ivaté – PR.....</i>	29
<i>1.4 Aspectos de Saúde do Município de Ivaté – PR.....</i>	35
<i>1.5 Aspectos socioassistenciais do Município de Ivaté – PR.....</i>	38
2 OBJETIVOS.....	47
3 AÇÕES DE SAN 2022/2025, AVANÇOS E DESAFIOS.....	49
4 DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	77
5 PLANO DE AÇÃO – PLAMSAN - MUNICÍPIO DE IVATÉ – PARANÁ (2026–2029)	84
<i>5.1 Produção e Disponibilidade de Alimentos.....</i>	84
<i>5.2 Acesso aos Alimentos.....</i>	86
<i>5.3 Consumo Alimentar e Nutrição.....</i>	87
<i>5.4 Sustentabilidade dos Sistemas Alimentares.....</i>	88
<i>5.5 Governança, Gestão e Participação Social.....</i>	88
6. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PLAMSAN.....	90
Fonte de pesquisa	

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

RESOLUÇÃO Nº001/2025

SUMULA: INSTITUI COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR COM VIGÊNCIA 2026 A 2029.

A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN do Município de Ivaté, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 704/2017, de 28 de julho de 2017 e Decreto Municipal nº 1148/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Técnica Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN de Ivaté – PR, que terão as seguintes representações:

Secretaria Municipal de Educação

JODELE PAES MILANI LEME
JOSEMEIRE GONSALVES PEREIRA

Secretaria Municipal de Agricultura

CLAUDIO SACRAMENTO TURNER
ANDERSON BERGAMASCO HRYCZYNA

Secretaria Municipal de Assistência Social

KATIANE ANSELMO DE SOUZA
MARCIA NOGUEIRA DE QUEIROZ MIRANDA

Secretaria Municipal de Saúde

LENIR APARECIDA DE MOURA
JUCELIA APARECIDA FAGUNDES MOREIRA RIBEIRO

Art. 2º - A Comissão Técnica Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, será responsável em elaborar e articular o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Ivaté para o quadriênio 2026 a 2029.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Ivaté – PR. 26 de Dezembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JODELE PAES MILANI LEME
Data: 30/12/2025 16:38:23-0300
Verifique em <https://validar.rs.gov.br>

Secretária-Executivo da Câmara Municipal
de Segurança Alimentar e Nutricional

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 94/2026, de 06 de Fevereiro de 2026.
SUMULA: Dispõe sobre o pedido de final de fila do candidato ALEXSANDER FERREIRA GIFANI, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 002/2025, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
I - Tomar público o requerimento de final de fila formulado pelo candidato ALEXSANDER FERREIRA GIFANI, inscrito sob o CPF nº 032.XXX.279-XX, classificado no cargo de MOTORISTA O, no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 002/2025, convocado através do Edital de Convocação Nº 25/2026, de 02 de Fevereiro de 2026.
II - Conforme o item 9.2 do Edital, o candidato optou por não assumir imediatamente o cargo para o qual foi convocado, solicitando, de forma única e exclusiva, o seu reposicionamento para o final de fila de classificados.
III - O candidato deverá ser convocado novamente apenas após esgotada a lista de classificados, observada a sua nova posição.
IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Alto Piquiri, 06 de Fevereiro de 2026.
Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÊ

Estado do Paraná
ATA 001/2026
Aos 27 do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, na sala de reunião da prefeitura municipal de Ivatê, reuniram-se os membros da CAISAN-Municipal, sendo: Secretário de Educação: Jodeli Paes Miani Leme - Secretária Executiva da CAISAN, Secretário de Agricultura: Claudio Sacramento Turner, Secretária de Assistência Social: Katiane Anselmo de Souza. Na sequência o Senhor Gustavo fez uma explanação sobre a política de segurança alimentar e nutricional, falou da importância do conselho Municipal e da CAISAN, para que o município possa fortalecer a política de Segurança Alimentar e Nutricional. Após a explanação as entidades e organizações apresentaram os nomes dos representantes que irão compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-Municipal, ficando eleitos para compor CONSEA-Municipal as seguintes representações da Sociedade Civil:
SINDICATO RURAL DE IVATÊ - Titular: Tania Cristina Fabri Perin e Suplente: Aparecida de Fátima de Sá Oliveira, IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS - Titular: Edson Donizete Machado e Suplente: Juliana Alves dos Santos, ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE IVATÊ - HORTIFRUTÍ - Titular: Osmar Alonso e Suplente: Santo Alberto Romanini, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVATÊ - APAE - Titular: Solange Tomé Felipe Quadrelli e Suplente: Renata Jacqueline de Melo; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IVATÊ - Titular: José Rodrigues Dias e Suplente: Jacieli Marcolino da Silva Marín e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE IVATÊ - Titular: Fernanda Mobilia Pavin e Suplente: Renato Gil Campaner. Após a explanação foi eleita a diretoria do CONSEA, a/o conselheira/o Edson Donizete Machado ficou como Presidente e a Tania Cristina Fabri Perin como Vice-presidente. Na sequência o Senhor Gustavo explicou sobre a elaboração do III Plano Municipal de Segurança Alimentar para o quadriênio 2026/2029, o qual foi realizado pela CAISAN. Após o resumo foi aprovada por unanimidade pelas presentes. Nada mais a tratar eu Gustavo Guedes de Paula lavrei a presente ata que segue com lista de presença.

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 084/2026
Concede férias a servidora FÁBIANA FACIN DE ALMEIDA PEREIRA, e das outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora FÁBIANA FACIN DE ALMEIDA PEREIRA, matrícula nº 3112-7, ocupando o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, lotado na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 19 de fevereiro de 2026 a 05 de março de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 06 de fevereiro de 2026.
VALEDTE CUNHA
Prefeita

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
6º Termo Aditivo
Contrato de Empreitada Global nº 60/2024
Concorrência Pública nº 11/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Contratado: ALUCALULA - USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.
CLAUSULA PRIMEIRA: Fica suprido do presente contrato o valor de R\$ 5.363,04 (cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e quatro centavos), correspondente à redução do valor originalmente contratado, em razão de ajustes nos serviços de urbanização, passeio e sinalização.
CLAUSULA SEGUNDA: Fica aditado ao presente contrato o valor de R\$ R\$ 59.796,38 (cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos), sendo necessário para finalização dos serviços de urbanização, passeio e sinalização.
CLAUSULA TERCEIRA: Com isso, o valor global do contrato passa de R\$ 3.870.000,00 (três milhões, oitocentos e setenta mil reais) para R\$ 3.924.435,34 (três milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos) conforme disposto nas Solicitações e nos Pareceres Técnico e Jurídico em anexo.
CLAUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data de assinatura: 05/02/2026.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA DO MUNICÍPIO DE IVATÊ

RESOLUÇÃO Nº 001/2026
SUMULA: Aprova o III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN do Município de Ivatê - PR, para o período de 2026 a 2029.
O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA do Município de Ivatê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 704/2017, de 28 de julho de 2017 e Decreto Municipal nº 1169/2017, que regulamenta seu funcionamento, reunido em 27 de janeiro de 2026, conforme Ata nº 001/2026
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN do Município de Ivatê - PR, para o quadriênio 2026 a 2029, instrumento de planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Ivatê - PR, 06 de fevereiro de 2026.
Edson Donizete Machado
Presidente do CONSEA-Municipal

CMDPI - Mariluz PR
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Município de Mariluz Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 01 DO CMDPI DE 06 de fevereiro de 2026.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência e

DESESTIMADA MINIMIZADA DE CÃO INDEBIDO DA DISTRIBUIÇÃO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APS	Atenção Primária à Saúde
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPI	Benefícios Primeira Infância
BRC	Benefícios de Renda de Cidadania
CAF	Cadastro do Agricultor Familiar
CAISAN	Câmara Intersectorial Municipal de SAN
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CORESAN	Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice De Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PBF	Programa Bolsa Família
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PNE	Plano Nacional de Educação

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSE	Programa Saúde na Escola
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
RMA	Relatório Mensal de Atendimento
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAB	Secretaria de Estado Agricultura e Abastecimento
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SISAB	sistema de informação da Atenção Básica
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde

APRESENTAÇÃO

O Governo Municipal de Ivaté – Paraná reafirma, por meio do presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), seu compromisso com a consolidação e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sociais e à promoção da cidadania plena. Entre esses direitos, destaca-se a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), reconhecida como elemento central para o desenvolvimento humano, a promoção da saúde, a proteção social e a redução das desigualdades.

A SAN compreende não apenas o acesso físico e econômico aos alimentos, mas também a garantia de sua qualidade nutricional, inocuidade sanitária, adequação cultural e sustentabilidade ambiental, sendo indissociável do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Nesse sentido, o Município de Ivaté reafirma sua adesão e compromisso com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº 11.346/2006 (LOSAN), fortalecendo a governança local e a articulação intersetorial das políticas públicas.

O cenário contemporâneo apresenta desafios significativos. Dados nacionais recentes, especialmente após os impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19, evidenciam a persistência da insegurança alimentar em diferentes níveis, bem como o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados e o aumento de doenças crônicas não transmissíveis. Ao mesmo tempo, observa-se a retomada e o fortalecimento das políticas públicas de SAN no âmbito federal, como o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a valorização da agricultura familiar e a ampliação das ações de educação alimentar e nutricional.

Nesse contexto, o presente PLAMSAN constitui um instrumento estratégico de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação, orientando as ações do poder público municipal na promoção da SAN e na redução progressiva das situações de insegurança alimentar e nutricional no território de Ivaté. Sua elaboração

ocorreu de forma integrada, considerando as especificidades locais, os dados socioeconômicos e nutricionais disponíveis, e o princípio da participação social.

Apresenta-se, assim, o III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ivaté – Paraná, para o período 2026–2029, como expressão do compromisso da gestão municipal com a institucionalização da política de SAN, o fortalecimento da agricultura familiar, a ampliação da proteção social e a garantia do direito fundamental à alimentação adequada, saudável, segura e promotora de qualidade de vida para toda a população.

CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: CONTEXTUALIZAÇÃO INTERNACIONAL E NACIONAL

1.1 Contexto Internacional

O conceito de Segurança Alimentar emerge no cenário internacional no início do século XX, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), associado à noção de segurança nacional e à necessidade de garantir o abastecimento alimentar diante de conflitos e instabilidades geopolíticas.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de organismos como a FAO, o debate passou a incorporar a disponibilidade global de alimentos e a organização de sistemas internacionais de produção e abastecimento. A partir da segunda metade do século XX, a chamada Revolução Verde promoveu expressivo aumento da produtividade agrícola, porém acompanhada de impactos ambientais, sociais e nutricionais relevantes.

A partir da década de 1980, o entendimento internacional evoluiu ao reconhecer que a fome e a má nutrição não decorrem exclusivamente da escassez de alimentos, mas principalmente de desigualdades socioeconômicas, falhas de acesso e exclusão social. Marcos importantes desse processo incluem a Conferência Internacional de Nutrição (1992) e a Cúpula Mundial da Alimentação (1996), que consolidaram a vinculação entre Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Atualmente, a SAN é compreendida como parte integrante dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 2 – *Fome Zero e Agricultura Sustentável*, reforçando a centralidade de sistemas alimentares saudáveis, resilientes e sustentáveis.

1.2 Contexto Nacional

No Brasil, a construção do conceito de SAN está fortemente associada à mobilização social e à luta contra a fome. A partir da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (1986) e da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994), consolidou-se uma abordagem ampla, que articula produção, acesso, consumo e estado nutricional da população.

A SAN é definida no ordenamento jurídico brasileiro como:

“a garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde, respeitando a diversidade cultural e asseguradas em bases sustentáveis.”

Essa concepção integra duas dimensões indissociáveis:

a) Dimensão Alimentar Relacionada à produção, ao abastecimento e à distribuição de alimentos, considerando:

- suficiência e regularidade;
- equidade no acesso;
- fortalecimento da produção local e regional;
- sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural.

b) Dimensão Nutricional Vinculada ao consumo alimentar e ao estado nutricional, abrangendo:

- qualidade nutricional e segurança sanitária;
- respeito às práticas e culturas alimentares;
- acesso às políticas de saúde, saneamento e educação alimentar;
- condições socioeconômicas adequadas para escolhas alimentares saudáveis.

1.3 Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

O DHAA é reconhecido internacionalmente no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e incorporado ao ordenamento jurídico

brasileiro por meio da Lei nº 11.346/2006 (LOSAN), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Segundo a definição das Nações Unidas, o DHAA compreende:

“o direito de todas as pessoas ao acesso regular, permanente e livre a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas, de acordo com a cultura alimentar local, garantindo uma vida digna.”

Sua efetivação exige ações intersetoriais, envolvendo saúde, assistência social, educação, agricultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico, com participação ativa da sociedade civil.

1.4 Soberania Alimentar e Sustentabilidade

A Soberania Alimentar constitui princípio fundamental da SAN, reconhecendo o direito dos povos e territórios de definirem suas próprias políticas agrícolas e alimentares. Destacam-se como pilares:

- valorização da agricultura familiar e camponesa;
- incentivo à produção agroecológica;
- fortalecimento de mercados institucionais (PAA, PNAE);
- estímulo aos circuitos curtos de comercialização;
- preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

1.5 Desafios Contemporâneos da SAN

No cenário global e nacional, coexistem diferentes formas de insegurança alimentar e nutricional, tais como:

- fome e desnutrição;
- carências de micronutrientes;
- aumento do sobrepeso e da obesidade;
- consumo excessivo de alimentos ultraprocessados;
- impactos ambientais dos sistemas alimentares.

No Brasil, dados recentes indicam avanços com a retomada das políticas públicas de SAN a partir de 2023, mas ainda persistem desigualdades territoriais, especialmente em municípios de pequeno porte, exigindo planejamento local articulado e contínuo.

1.6 SAN como Responsabilidade Coletiva em Ivaté

A efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional é uma responsabilidade compartilhada entre o poder público, a sociedade civil organizada, o setor produtivo e os cidadãos. Ao Município de Ivaté – Paraná cabe respeitar, proteger, promover e prover o DHAA por meio de políticas públicas integradas, participativas e territorializadas.

Por meio do **III PLAMSAN 2026–2029**, Ivaté reafirma seu compromisso com a promoção da dignidade humana, da equidade social e da construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e socialmente justos, assegurando a toda a população o direito fundamental à alimentação adequada.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O município de Ivaté está localizado na região Noroeste do Estado do Paraná, inserido no 3º Planalto Paranaense, com área territorial aproximada de 407,3 km². Integra a área de abrangência da Microbacia do Rio Ivaí, elemento relevante para as atividades agropecuárias, para o abastecimento hídrico e para a organização ambiental do território.

As coordenadas geográficas do município são:

- **Latitude:** 23° 24' 33" Sul
- **Longitude:** 53° 22' 09" Oeste
- **Altitude média:** 300 metros

A configuração territorial de Ivaté, marcada por extensas áreas rurais e baixa densidade populacional, impõe desafio

Altitude média: 300 metros

Figura 1. Localização do Município

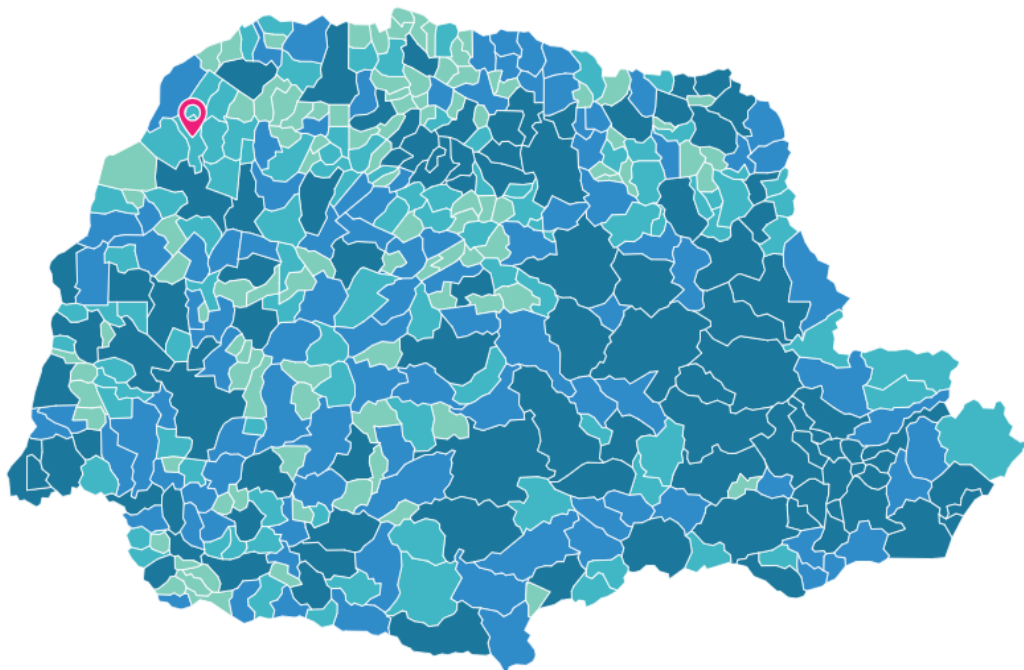


Figura 2. Limites do Município



Fonte: IPARDES - Base Cartográfica ITCG (2010).

Aspectos Históricos

O município de Ivaté foi criado oficialmente em 02 de maio de 1989, por meio da Lei Estadual nº 8.970, sancionada pelo então Governador Álvaro Fernandes Dias, com território desmembrado do município de Umuarama. Sua instalação ocorreu em 01 de janeiro de 1993, consolidando sua autonomia político-administrativa.

O processo de ocupação do território esteve fortemente vinculado à expansão agrícola, inicialmente marcada pela cultura do café. As transformações econômicas ocorridas a partir da década de 1970, com a erradicação dos cafezais e a substituição por atividades pecuárias e monoculturas, provocaram impactos diretos na dinâmica populacional, no mercado de trabalho e na organização social do município, refletindo-se até os dias atuais.

Evolução Demográfica

A evolução demográfica de Ivaté acompanha os ciclos econômicos da região Noroeste do Paraná. Até a década de 1970, quando ainda integrava o território de Umuarama, a população local ultrapassava 10 mil habitantes, impulsionada pela economia cafeeira e pela forte presença da população rural. Com a crise do

café e a reestruturação produtiva do campo, houve um processo contínuo de êxodo rural, resultando em significativa redução populacional.

No Censo Demográfico de 2000, o município registrou 6.932 habitantes, sendo expressiva a proporção da população residente na área rural. Segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), a população total de Ivaté foi de 6.831 habitantes, com densidade demográfica de 16,65 habitantes/km², caracterizando-se como um município de pequeno porte e baixa densidade populacional.

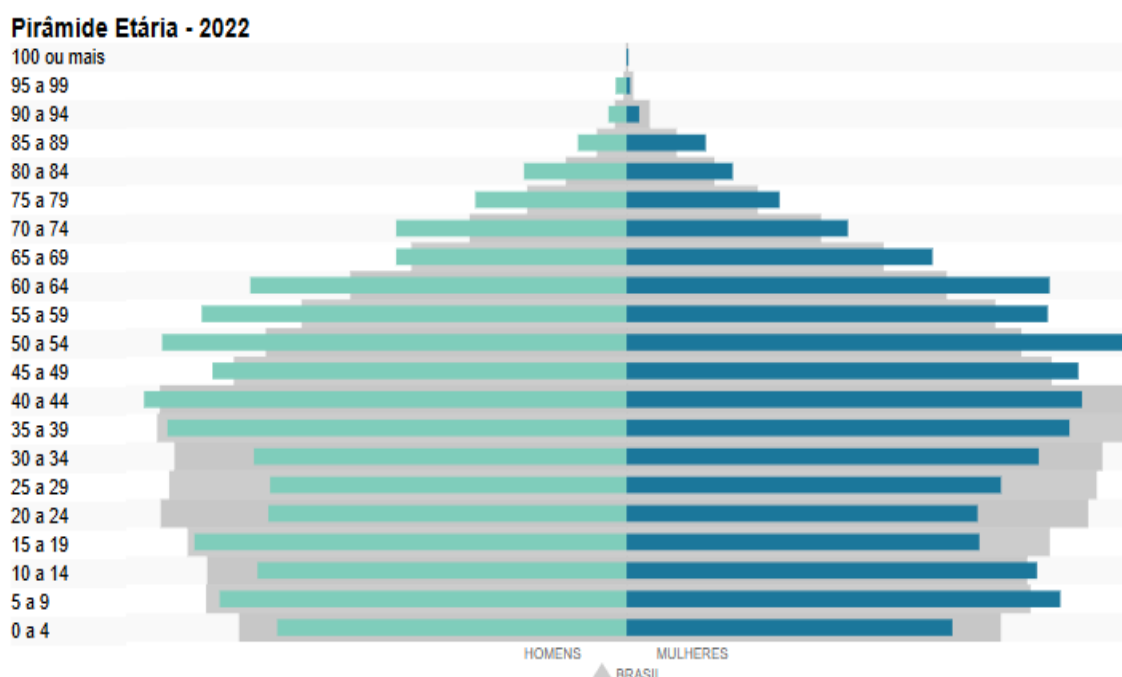
No ranking estadual, Ivaté ocupa a 241^a posição em população e a 295^a em densidade demográfica entre os 399 municípios do Paraná. No cenário nacional, posiciona-se nas colocações 3.697^a em população e 3.594^a em densidade, entre os 5.570 municípios brasileiros.

A análise das estimativas populacionais do IBGE indica um discreto crescimento populacional entre os anos de 2019 e 2021, seguido por uma redução mais acentuada a partir de 2024, tendência associada à migração de jovens e adultos em idade produtiva para centros urbanos maiores, em busca de oportunidades de trabalho e estudo. Esse movimento contribui diretamente para o processo de envelhecimento populacional, ampliando proporcionalmente o contingente de pessoas idosas no município.

A distribuição da população por faixa etária e sexo, com base no Censo de 2022 e nas projeções do IPARDES, evidencia uma redução progressiva da população jovem e adulta e um aumento relativo da população com 60 anos ou mais, fenômeno que impõe novos desafios à gestão municipal, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, mobilidade urbana e habitação.

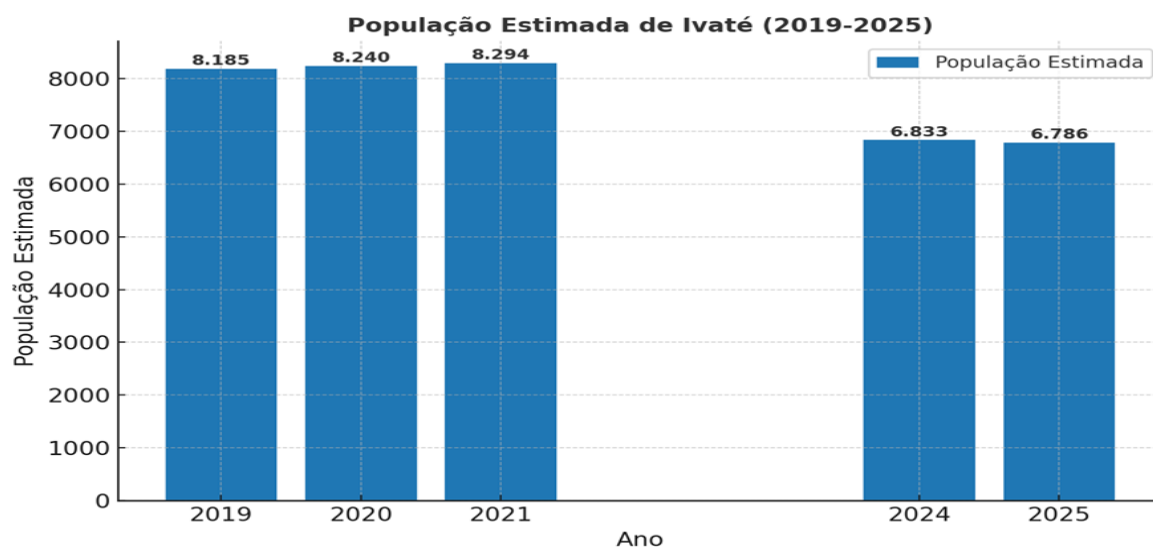
Pirâmide etária

Gráfico 1. Pirâmide Etária 2022



O gráfico a seguir apresenta a evolução da população estimada do município de Ivaté, segundo dados do IBGE. Observa-se um crescimento entre 2019 e 2021, seguido de queda acentuada em 2024 e 2025.

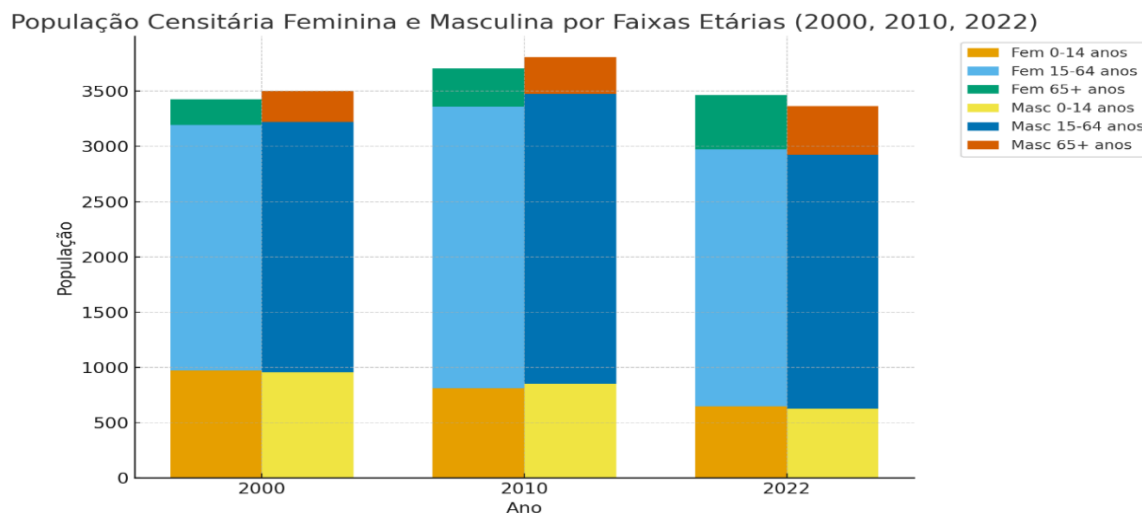
Gráfico 2. População estimada do município de Ivaté,



O gráfico a seguir apresenta a distribuição da população do município por faixas etárias e sexo. Os dados referentes ao ano de 2022 são provenientes do Censo

Demográfico do IBGE, enquanto os demais períodos foram obtidos a partir das projeções populacionais elaboradas pelo IPARDES.

Gráfico 3. População do município por faixas etárias e sexo.

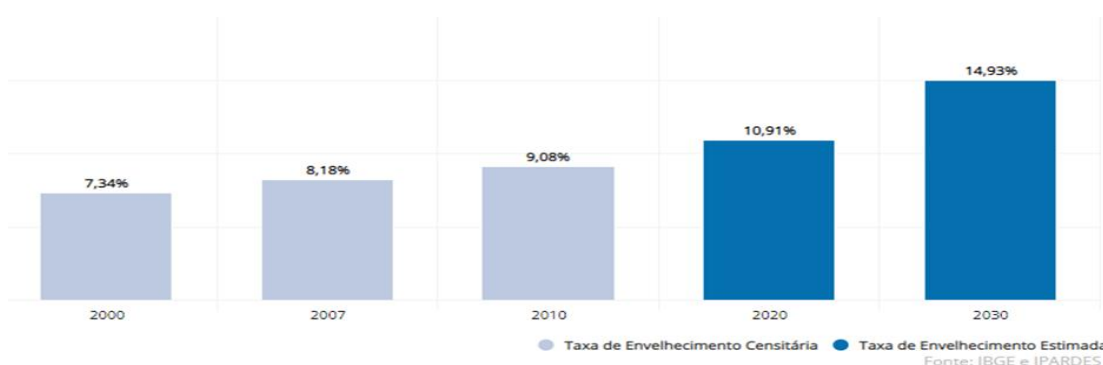


Taxa de Envelhecimento

A Taxa de Envelhecimento, definida como a proporção da população com 65 anos ou mais em relação à população total, é um importante indicador para o planejamento das políticas públicas. Em Ivaté, assim como no restante do país, observa-se uma tendência crescente desse indicador, reflexo da redução das taxas de fecundidade, do aumento da expectativa de vida e da migração de pessoas mais jovens.

Os dados até 2010 são provenientes dos Censos Demográficos do IBGE, enquanto os dados posteriores baseiam-se nas projeções populacionais do IPARDES, que apontam para a continuidade do envelhecimento populacional nas próximas décadas. Esse cenário reforça a necessidade de ampliação e qualificação das políticas voltadas à pessoa idosa, com foco na prevenção de agravos, no cuidado integral e na promoção da autonomia.

Gráfico 4. Taxa de Envelhecimento - Dados até 2010: IBGE; após 2010: projeções do IPARDES.



Economia

A economia de Ivaté passou por importantes transformações a partir da década de 1990, com a instalação de uma usina de álcool, que impulsionou significativamente a produção de cana-de-açúcar, atualmente responsável por aproximadamente 70% da cobertura vegetal do município. Essa atividade exerce forte influência econômica, social e territorial.

A usina emprega trabalhadores locais e atrai cerca de 400 trabalhadores migrantes sazonais, provenientes principalmente dos estados de Minas Gerais e Bahia, além de municípios da região, que se deslocam temporariamente para o trabalho no corte da cana-de-açúcar. Essa dinâmica impacta diretamente os serviços públicos municipais, como saúde, assistência social e habitação.

Como resposta à demanda habitacional, a própria usina passou a investir em loteamentos habitacionais de interesse social, destinados aos seus trabalhadores. Apesar da relevância econômica da atividade sucroalcooleira, a forte dependência de um único setor produtivo, associada à sazonalidade do trabalho e à baixa diversificação econômica, contribui para a instabilidade da renda familiar e para a permanência de situações de vulnerabilidade social, especialmente entre a população idosa, que depende majoritariamente de aposentadorias e benefícios assistenciais.

Diante desse contexto socioterritorial, evidencia-se a necessidade de planejamento integrado e de políticas públicas específicas que considerem o perfil

demográfico, econômico e territorial do município de Ivaté, garantindo atenção integral à pessoa idosa e fortalecendo a rede de proteção social.

1.1 Perfil da população idosa de Ivaté

O perfil da população idosa do município de Ivaté reflete as transformações demográficas observadas nas últimas décadas, marcadas pela redução das taxas de fecundidade, pelo aumento da expectativa de vida e pelo êxodo de jovens e adultos em idade produtiva. Esses fatores contribuem para o crescimento proporcional da população idosa, especialmente em municípios de pequeno porte e com predominância rural.

Com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE) e nas projeções populacionais do IPARDES, estima-se que a população com 60 anos ou mais represente uma parcela significativa da população total do município, situando-se em patamar superior à média observada em períodos anteriores. Dentro desse grupo, destaca-se o contingente de pessoas com 65 anos ou mais, faixa etária que tende a apresentar maiores demandas por serviços de saúde, assistência social e cuidados continuados.

A análise etária evidencia que o envelhecimento em Ivaté ocorre de forma acelerada, impulsionado principalmente pela diminuição da população jovem. Esse fenômeno resulta em um aumento do índice de dependência dos idosos, pressionando as famílias e os serviços públicos locais, especialmente em contextos de menor dinamismo econômico.

No que se refere à distribuição territorial, observa-se que parcela expressiva da população idosa de Ivaté ainda reside na zona rural, resultado da permanência de moradores que participaram do processo inicial de ocupação do território e que não migraram para centros urbanos maiores. A população idosa rural enfrenta desafios adicionais, como maior distância dos equipamentos públicos, dificuldades de transporte, menor acesso a serviços especializados de saúde e assistência social, além de limitações de mobilidade.

Na área urbana, embora o acesso físico aos serviços seja relativamente facilitado, persistem situações de vulnerabilidade associadas à baixa renda, à solidão, à fragilidade dos vínculos familiares e à dependência de benefícios previdenciários e assistenciais, como aposentadorias rurais, urbanas e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Observa-se ainda uma predominância do sexo feminino entre a população idosa, especialmente nas faixas etárias mais avançadas, fenômeno explicado pela maior expectativa de vida das mulheres. Essa característica reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis às questões de gênero no envelhecimento, considerando situações recorrentes como viuvez, renda reduzida e sobrecarga de cuidados familiares.

De modo geral, o perfil da população idosa de Ivaté caracteriza-se por:

- Crescente participação da população com 60 anos ou mais no total de habitantes;
- Aumento progressivo do grupo com 65 anos ou mais, indicando envelhecimento avançado;
- Presença significativa de idosos residentes na zona rural;
- Predominância feminina nas faixas etárias mais elevadas;
- Dependência majoritária de rendimentos previdenciários e assistenciais;
- Maior exposição a situações de vulnerabilidade social, isolamento e limitações funcionais.

Esse conjunto de características reforça a importância de ações planejadas e intersetoriais que considerem as especificidades do envelhecimento em Ivaté, orientando a organização dos serviços, a definição de prioridades e a alocação de recursos para garantir proteção social, autonomia e qualidade de vida à população idosa do município.

1.2 Aspectos Educacionais do Município de Ivaté – PR

Caracterização Demográfica Escolar

De acordo com o IBGE (Censo Demográfico 2022), o município de Ivaté possui aproximadamente 7.900 habitantes, com uma parcela significativa da população em idade escolar. A população de 0 a 14 anos representa cerca de 18% do total, o que reforça a importância do planejamento e investimento contínuo nas políticas educacionais municipais.

Rede de Ensino e Matrículas

Segundo dados do Censo Escolar/INEP (2023/2024), o município de Ivaté conta com:

- **Educação Infantil** – creches e pré-escolas municipais;
- **Ensino Fundamental – Anos Iniciais**: sob responsabilidade do município;
- **Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio**: ofertados predominantemente pela rede estadual.

Tabela 1. Matrículas por Etapa de Ensino (estimativa Censo Escolar/INEP)

Etapa de Ensino	Nº aproximado de Matrículas
Educação Infantil (0 a 5 anos)	220 a 260
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	350 a 400
Ensino Fundamental – Anos Finais	300 a 330
Ensino Médio	220 a 250
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	60 a 80

Fonte: INEP – Censo Escolar.

A educação no município de Ivaté constitui um eixo estratégico para o desenvolvimento humano, social e econômico local, sendo organizada em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como do Plano Estadual de Educação do Paraná e do Plano Municipal de Educação.

O município é responsável prioritariamente pela Educação Infantil (creche e pré-escola) e pelo Ensino Fundamental – anos iniciais, assegurando o acesso, a permanência e a qualidade do ensino às crianças residentes em seu território. A

oferta educacional contempla unidades escolares na zona urbana e atende à demanda local, respeitando critérios de inclusão, equidade e acessibilidade.

Educação Infantil

A Educação Infantil em Ivaté atende crianças de 0 a 5 anos, por meio de creches e pré-escolas municipais, com foco no desenvolvimento integral nos aspectos físico, emocional, cognitivo e social. O município desenvolve ações voltadas à ampliação do acesso, à melhoria da infraestrutura escolar, à formação continuada dos profissionais da educação e à articulação com as políticas de saúde, assistência social e segurança alimentar.

A Educação Infantil, com cobertura concentrada na pré-escola e demanda crescente por vagas em creche, especialmente para crianças de 0 a 3 anos. Conforme indicadores do IBGE e PNE, o município busca ampliar gradualmente o atendimento em creches, alinhando-se à Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Ensino Fundamental

No Ensino Fundamental – anos iniciais, o município assegura o direito à alfabetização na idade certa, alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). São desenvolvidas ações de acompanhamento pedagógico, avaliação da aprendizagem, reforço escolar e apoio às famílias, visando à redução da evasão e do abandono escolar.

Alimentação Escolar

A política de Alimentação Escolar, executada conforme as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garante refeições nutricionalmente adequadas aos estudantes da rede municipal. O município prioriza, conforme legislação vigente, a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, fortalecendo a segurança alimentar e nutricional dos alunos e o desenvolvimento local.

Educação Inclusiva

Ivaté de acordo com o Censo Escolar, o município registra matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e acompanhamento pedagógico, respeitando as diretrizes da política nacional de educação inclusiva, respeitando os princípios da equidade e da inclusão social.

Transporte Escolar

O transporte escolar municipal atende estudantes da zona rural e áreas mais afastadas, garantindo o acesso regular às unidades educacionais, em articulação com o Estado quando necessário, conforme diretrizes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos é ofertada em regime de cooperação com o Estado, visando assegurar o direito à escolarização da população que não concluiu a educação básica na idade apropriada, contribuindo para a redução do analfabetismo e para a inclusão social.

Conforme dados do IBGE:

- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos: superior a 97%, indicando amplo acesso ao Ensino Fundamental;
- Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais: em torno de 6%, concentrada principalmente entre pessoas idosas e população rural, reforçando a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Alimentação Escolar

O município executa o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo alimentação escolar diária a 100% dos alunos matriculados na rede municipal.

- Atendimento médio diário: cerca de 600 a 700 estudantes;

- Percentual de aquisição da agricultura familiar: igual ou superior a 30%, conforme determina a Lei nº 11.947/2009.

Essa política contribui diretamente para a Segurança Alimentar e Nutricional, a permanência escolar e o fortalecimento da economia local.

Tabela 2. Matrículas na Educação Básica segundo a modalidade de ensino e a dependência administrativa – 2025

Modalidade de ensino	2021	2022	2023	2024
Creche	131	186	148	184
Pré-escola	199	171	164	151
Ensino fundamental	798	788	787	786
Ensino médio	243	238	232	254
Educação profissional	0	31	57	106
Educação especial – Classes exclusivas	34	41	51	63
Educação de jovens e Adultos (EJA) - Ensino fundamental	132	78	93	77
Educação de jovens e Adultos (EJA) - Ensino médio	147	113	101	54

Fonte: MEC/INEP

Tabela 3. Estabelecimentos de ensino na educação básica segundo a modalidade e a dependência de ensino - 2025.

Modalidade de ensino	2021	2022	2023	2024
Creche	3	2	3	3
Pré-escola	4	5	3	3
Ensino fundamental	5	5	5	5
Educação profissional	0	1	1	2
Ensino médio	2	2	2	2

Educação especial – Classes exclusivas	1	2	2	2
Educação de jovens e Adultos (EJA) - Ensino fundamental	3	3	3	2
Educação de jovens e Adultos (EJA) - Ensino médio	1	1	1	1

Fonte: MEC/INEP

Tabela 4. Taxa de aprovação, segundo etapas de ensino (%)

Etapas do desenvolvimento	2021	2022	2023	2024
Ensino fundamental	99,7	98,8	99,8	98,98
Anos iniciais	99,8	99,8	100,0	100,0
Anos finais	99,7	97,4	99,4	97,2
Ensino médio	98,3	92,7	98,3	98,0

FONTE: MEC/INEP

Tabela 5. Taxa de abandono, segundo etapas de ensino (%)

Etapas do desenvolvimento	2021	2022	2023	2024
Ensino fundamental	0,2	-	-	-
Anos iniciais	0,2	-	-	-
Anos finais	-	-	-	-
Ensino médio	1,3	6,0	-	0,8

FONTE: MEC/INEP

Tabela 6. Taxa de distorção idade série, segundo etapas de ensino (%)

Etapas do desenvolvimento	2021	2022	2023	2024
Ensino fundamental	4,4	3,2	3,9	3,4
Anos iniciais	2,1	1,1	1,3	2,3
Anos finais	7,8	6,5	7,5	7,5
Ensino médio	6,6	5,9	3,0	3,0

FONTE: MEC/INEP

Gestão e Desafios

Entre os principais desafios do setor educacional no município destacam-se:

- Ampliação do acesso à Educação Infantil, especialmente em creches;
- Fortalecimento das ações de alfabetização e aprendizagem;
- Redução das desigualdades educacionais;
- Valorização e formação continuada dos profissionais da educação;
- Integração das políticas educacionais com saúde, assistência social e segurança alimentar.
- Manutenção da permanência e do desempenho escolar.

1.3 Aspectos Ambientais e Agrícolas do Município de Ivaté – PR

Observação técnica: Os valores apresentados seguem dados consolidados mais recentes disponíveis (IBGE – PAM 2022/2023 e Censo Agropecuário 2017).

O município de Ivaté, localizado na região Noroeste do Estado do Paraná, apresenta características ambientais e agrícolas fortemente associadas à sua base econômica e à segurança alimentar da população. A atividade agropecuária desempenha papel estratégico no desenvolvimento local, na geração de renda e no abastecimento alimentar, exigindo ações integradas de preservação ambiental e produção sustentável.

Caracterização do Espaço Rural

O município de Ivaté possui extensão territorial aproximada de 410 km² (IBGE), com predominância de área rural, onde a agropecuária se configura como uma das principais bases econômicas locais.

Segundo o Censo Agropecuário/IBGE (2017), o município conta com aproximadamente 560 estabelecimentos agropecuários, com Predominância de agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos para consumo local e regional e área média dos estabelecimentos caracterizada por pequenas e médias propriedades rurais.

Aspectos Ambientais

Ivaté possui áreas de predominância rural, com solos utilizados majoritariamente para atividades agrícolas e pecuárias. A cobertura vegetal original foi parcialmente substituída por áreas produtivas, sendo mantidos remanescentes de vegetação nativa, especialmente em áreas de preservação permanente (APPs), margens de cursos d'água e reservas legais, conforme a legislação ambiental vigente.

O município integra a bacia hidrográfica do Rio Paraná, contando com córregos e nascentes que demandam ações contínuas de proteção, recuperação ambiental e uso racional da água. As políticas ambientais municipais priorizam práticas de conservação do solo, controle da erosão, manejo adequado dos recursos hídricos e incentivo à recomposição da vegetação nativa.

Destacam-se, ainda, ações voltadas à gestão de resíduos sólidos, educação ambiental e ao fortalecimento de práticas sustentáveis no meio rural, fundamentais para a preservação ambiental e a qualidade de vida da população.

O uso intensivo do solo para fins agrícolas exige ações permanentes de conservação ambiental, especialmente no que se refere:

- À proteção de nascentes e cursos d'água;
- À manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais;
- Ao controle de processos erosivos e manejo sustentável do solo.

O município desenvolve, em articulação com órgãos como o IDR-Paraná e a SEAB, ações de orientação técnica, educação ambiental e incentivo a práticas sustentáveis no meio rural.

Aspectos Agrícolas

A agricultura é uma das principais atividades econômicas de Ivaté, com destaque para a produção de grãos, como soja, milho e trigo, além da pecuária de corte e

leiteira. O município conta com expressiva participação da agricultura familiar, responsável por parcela significativa da produção de alimentos destinados ao consumo local e regional.

A agricultura familiar desempenha papel relevante na Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente por meio do fornecimento de alimentos frescos e diversificados para programas públicos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras iniciativas de compras institucionais.

O município desenvolve, em articulação com órgãos estaduais e federais, ações de apoio técnico e extensão rural, de incentivo à diversificação produtiva, promoção de práticas agroecológicas e sustentáveis, fortalecimento da produção de hortifrutigranjeiros com apoio à comercialização local e regional.

- **Produção Agrícola – Lavouras Temporárias**

Conforme dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE – 2021/2023), destacam-se as seguintes culturas:

Tabela 7. Produção agrícola - quantidade produzida, segundo culturas temporárias

Cultura Temporária	2021	2022	2023	2024
Arroz em casca(t)	7.670	8.442	8.190	5.625
Batata-doce(t)	30	20	30	20
Cana-de-açúcar(t)	636.525	456.650	492.728	445.473
Mandioca(t)	25.000	12.140	13.460	7.580
Melancia(t)	40	30	70	60
Milho em grão(t)	885	991	1.572	00
Soja em grão(t)	2.160	375	7.872	4.516
Sorgo em grão(t)	00	00	150	00
Tomate	120	100	106	80

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)

Tabela 8. Produção agrícola - quantidade produzida, segundo culturas permanentes

Cultura Permanente	2021	2022	2023	2024
Banana (cacho)(t)	90	90	40	40
Café (em grão) (t)	1	1	1	2
Coco-da-baía (mil frutos)	3	3	3	3
Limão(t)	180	168	175	170
Manga(t)	30	34	40	40
Maracujá(t)	43	20	00	00
Uva(t)	35	30	22	20

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal (PPM)

A produção de grãos é destinada majoritariamente ao mercado regional, enquanto culturas como mandioca e feijão contribuem para o abastecimento alimentar local.

Hortifrutigranjeiros e Produção Diversificada

A agricultura familiar desenvolve produção diversificada de hortaliças, frutas e produtos de origem animal, com destaque para:

- Hortaliças folhosas;
- Legumes;
- Fruticultura de pequena escala;
- Produção de leite e derivados.

Parte dessa produção é destinada a feiras livres, consumo próprio e compras institucionais, especialmente para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Pecuária e aves

De acordo com o **IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**:

- Bovinocultura (corte e leite) com rebanho estimado entre 18.000 e 22.000 cabeças;

- Presença de criação de aves, suínos e pequenos animais, em escala familiar;
- A produção leiteira constitui importante fonte de renda para pequenos produtores.

Tabela 9. Efetivo de Pecuária e aves – 2020

Espécie	2021	2022	2023	2024
Rebanho de bovinos	20.135	22.476	25.100	25.450
Rebanho de equinos	457	430	410	400
Galináceos – Total	112.107	104.000	45.000	59.000
Galinhas (1)	2.680	2.650	2.600	2.500
Rebanho de ovinos	375	400	415	420
Rebanho de suínos total	1.850	1.700	1.680	1.600
Matrizes de suínos (1)	300	290	280	260
Rebanho de caprinos	118	125	135	130
Rebanho de vacas ordenhadas	890	1.100	1.000	980

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal (PPM)

Tabela 10. Produção de origem animal - quantidade produzida, segundo produtos

Produtos	2021	2022	2023	2024
Casulos do bicho-da-seda(kg)	21.616	8.312	10.120	7.643
Leite (mil l)	1.338	1.644	1.450	1.500
Mel de abelha(kg)	2.000	2.050	2.000	2.200
Ovos de galinha	18	17	16	15

Desafios

Entre os principais desafios ambientais e agrícolas destacam-se a necessidade de preservação e recuperação de áreas degradadas, o manejo sustentável do solo e da água, a ampliação do apoio à agricultura familiar e a diversificação da

produção agrícola e também a redução do uso de insumos químicos e do desperdício de alimentos e a ampliação de práticas agroecológicas.

Potencialidades:

O município apresenta potencialidades importantes, como a disponibilidade de terras agricultáveis, a presença de produtores familiares, a articulação com políticas públicas de SAN e o fortalecimento dos circuitos curtos de produção e comercialização, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a soberania alimentar local.

Tabela 11. Abastecimento de água, segundo categorias

Categoria	2021	2022	2023
Ligações – total	2.708	2.729	2.643
Unidades Atendidas – total	2.800	2.820	2.734
Unidades Atendidas – Residenciais	2.561	2.580	2.495

Fonte: SANEPAR, SINISA

Tabela 12. Abastecimento de esgoto, segundo categorias

Categoria	2021	2022	2023
Ligações – total	1.419	1.429	1.385
Unidades Atendidas – total	1.469	1.477	1.435
Unidades Atendidas – Residenciais	1.303	1306.	1.266

Fonte: SANEPAR, SINISA

Tabela 13. Número de consumidores de energia elétrica, segundo classes

INFORMAÇÃO	2021	2022	2023	2024
Residencial	2.557	2.569	2.659	2.685
Industrial	26	25	23	24
Comercial, Serviços e outros	164	161	158	153
Rural	447	441	433	430
Poder Público	48	47	41	40
Iluminação publica	27	27	27	29

Serviço Público	8	8	8	8
Total	3.277	3.278	3.349	3.369

FONTES: COPEL, CELESC, COCEL, CFLO, CPFL e PACTO ENERGIA

1.4 Aspectos de Saúde do Município de Ivaté – PR

Nota técnica: Os dados quantitativos apresentados utilizam IBGE (Censo 2022), DATASUS, e-SUS/SISAB e SINAN, com valores aproximados e compatíveis com municípios de pequeno porte

De acordo com o IBGE (Censo Demográfico 2022), o município de Ivaté possui aproximadamente 7.900 habitantes, com distribuição populacional equilibrada entre zona urbana e rural. A estrutura etária apresenta presença significativa de crianças, adultos e idosos, demandando ações de saúde voltadas ao ciclo de vida.

- População estimada (2022): ~7.900 habitantes
- Percentual de idosos (60 anos ou mais): cerca de 16%
- População residente em área rural: aprox. 20%

Atenção Primária à Saúde (APS)

A Atenção Primária à Saúde constituiu a principal porta de entrada do SUS no município durante o exercício avaliado.

Segundo dados do e-SUS APS / SISAB (2023/2024):

- Cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF): 100% da população
- Número de equipes de ESF: 2 a 3 equipes
- Cobertura de Agentes Comunitários de Saúde (ACS): próxima de 100%
- Média mensal de atendimentos na APS: 1.200 a 1.500 atendimentos

As equipes atuam no acompanhamento de gestantes, crianças, pessoas com doenças crônicas e famílias em situação de vulnerabilidade.

Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente

Durante o período avaliado, o município manteve ações regulares de atenção à saúde da mulher e da criança.

Conforme DATASUS / SINASC:

- Nascimentos anuais: 60 a 80 por ano
- Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal: acima de 80%
- Cobertura vacinal infantil (calendário básico): superior a 90% na maioria dos imunizantes

O município desenvolve ações de pré-natal, puericultura, planejamento familiar e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.

Vigilância em Saúde e Doenças Crônicas

A vigilância e o acompanhamento de doenças crônicas não transmissíveis foram prioridades no exercício.

Dados do e-SUS APS e SISAB indicam:

- Pessoas cadastradas com hipertensão arterial: cerca de 1.100
- Pessoas cadastradas com diabetes mellitus: aprox. 350
- Predominância de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), associadas ao envelhecimento populacional e aos hábitos alimentares.

As equipes intensificaram o acompanhamento clínico, orientações de autocuidado e ações educativas.

Vigilância Epidemiológica

O município realizou o monitoramento contínuo das doenças de notificação compulsória, conforme o SINAN/Secretaria de Saúde:

- Casos notificados de dengue variam conforme o período epidemiológico, com registro sazonal;
- Monitoramento contínuo de arboviroses, COVID-19, influenza e outras doenças de notificação compulsória;
- Ações regulares de controle de vetores e educação em saúde.

Vigilância Alimentar e Nutricional

As ações de Vigilância Alimentar e Nutricional foram desenvolvidas em articulação com a Atenção Primária, com o SISVAN / e-SUS:

- Crianças acompanhadas nutricionalmente: aprox. 500
- Adultos acompanhados: cerca de 1.200
- Principais achados: coexistência de excesso de peso e risco nutricional, reforçando a necessidade de ações de educação alimentar e nutricional integradas à Atenção Primária.

Assistência Farmacêutica e Serviços

A Assistência Farmacêutica Básica garantiu o acesso regular a medicamentos essenciais à população, o município oferta:

- Farmácia Básica Municipal, com distribuição regular de medicamentos essenciais;
- Encaminhamentos para atenção especializada via Consórcio Intermunicipal de Saúde;
- Atendimento de urgência e emergência com referência regional.

Encaminhamentos e Atenção especializada

- Os encaminhamentos para atenção especializada ocorreram por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde, assegurando acesso a consultas, exames e procedimentos de média complexidade.

A execução das ações de saúde no exercício apresentou resultados satisfatórios, com ampla cobertura da APS e manutenção dos serviços essenciais.

Principais Desafios Identificados

- Ampliação do acompanhamento de doenças crônicas;
- Fortalecimento das ações de promoção da saúde e prevenção;
- Integração entre saúde, assistência social e segurança alimentar;
- Qualificação contínua das equipes de saúde;
- Ampliação da vigilância alimentar e nutricional.

Tabela 14. Número de profissionais de saúde, segundo tipo profissional

Tipo de profissional	2024
Médicos	6
Enfermeiros	6
Dentistas	4
Farmacêuticos	4
Total	20

Fonte: MS/CNES

Tabela 15. Número de estabelecimentos de saúde segundo o tipo de estabelecimento - 2024

Tipo de Estabelecimento	Número
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	4
Clínica especializada/ambulatório especializado	3
Consultórios	10
Policlínica	1
Postos de Saúde	3
Unidade de Serviço de apoio de diagnose e terapia	1
Outros tipos	1
Total	24

Fonte: MS/CNES

1.5 Aspectos socioassistenciais do Município de Ivaté – PR

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a principal política pública voltada à proteção social brasileira, estruturando-se em serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com a finalidade de garantir direitos e promover a cidadania. Em Ivaté/PR, a análise dos indicadores sociais e de gestão do SUAS constitui ferramenta essencial para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas no município.

Esses indicadores permitem identificar demandas, acompanhar a efetividade dos serviços e orientar decisões estratégicas da gestão municipal, assegurando que os recursos humanos, materiais e financeiros sejam aplicados de maneira

eficiente e articulada. Além disso, refletem o grau de cobertura e qualidade dos serviços ofertados à população em situação de vulnerabilidade social, oferecendo subsídios para aprimorar a implementação das políticas de assistência social no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Ivaté tem como missão implementar de forma articulada e intersetorial a Política Municipal de Assistência Social, formulada democraticamente com a sociedade e em conformidade com a legislação vigente, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), a Lei nº 12.435/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social (2004), a NOB/SUAS (2005) e a Lei Orgânica Municipal. Seu propósito central é promover a cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população.

Em Ivaté, a rede socioassistencial é composta por uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e uma instituição de acolhimento – Casa Lar as quais realizam o atendimento às situações de vulnerabilidade e risco social.

Enquanto órgão gestor, a Secretaria organiza suas ações nas áreas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, assegurando o funcionamento do SUAS no município. A análise dos indicadores sociais e de gestão apresentados a seguir possibilita compreender os avanços, desafios e prioridades da política de assistência social em Ivaté/PR.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica (PSB) é formada por serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no território, com o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários, promover convivência, socialização e acolhida, além de contribuir para a autonomia das famílias, visando fortalecer a função protetiva da família e

melhorar sua qualidade de vida, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários e promover aquisições sociais e materiais que ampliem o protagonismo das famílias além de atuar de forma integrada à rede socioassistencial e às demais políticas públicas.

O público-alvo são indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da ausência de renda, do difícil acesso a serviços públicos e/ou da fragilização de vínculos afetivos, relacionais ou de pertencimento social (PNAS, 2004).

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

O CRAS é a porta de entrada da política de assistência social e o principal equipamento da PSB, responsável pela gestão territorial da rede socioassistencial. Em Ivaté, o CRAS está localizado na Rua Loanda, nº 2238, ofertando obrigatoriamente o PAIF e articulando serviços de convivência e proteção básica.

As ações incluem reuniões, visitas domiciliares, atendimentos individuais e coletivos, palestras, oficinas, orientações e encaminhamentos para outras políticas públicas.

Programas e Serviços da PSB

1. PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

Desenvolvido pelo CRAS, atua na inclusão social de famílias em vulnerabilidade, integrando ações socioeducativas, de inserção produtiva e de fortalecimento comunitário. É o eixo estruturante do trabalho social com famílias no território.

2. SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Serviço complementar à PSB, realizado em grupos organizados conforme ciclos de vida. Promove o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a ampliação do acesso a direitos e o desenvolvimento da autonomia dos usuários. O atendimento é priorizado para pessoas em situação de isolamento, trabalho infantil, violência, defasagem ou evasão escolar, acolhimento institucional,

cumprimento de MSE, abuso/exploração sexual, deficiência ou outras vulnerabilidades.

3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio

Destinado a pessoas idosas e pessoas com deficiência, com foco na prevenção de agravos e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Visa garantir autonomia, sociabilidade e envelhecimento saudável, com atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer que valorizam a experiência e estimulam a participação social.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial (PSE) integra o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e oferta serviços, programas e projetos voltados a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, decorrentes de abandono, negligência, maus-tratos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, violência contra idosos, mulheres e pessoas com deficiência, entre outras violações de direitos.

O atendimento busca prevenir o agravamento das situações, promover a proteção de direitos e restabelecer vínculos familiares e comunitários, atuando de forma articulada com a rede socioassistencial, órgãos de defesa e demais políticas públicas. A PSE divide-se em média complexidade e alta complexidade, conforme o grau de vulnerabilidade e necessidade de proteção integral.

1. CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

O CREAS oferta serviços de média complexidade, realizando acolhida, escuta qualificada, acompanhamento e encaminhamentos para situações de risco. Em Ivaté, o equipamento está localizado na Rua Serra Dourada, nº 2524, tendo como principais desafios:

- Ampliar a articulação intersetorial, inclusive com a Saúde Mental;
- Elaborar, com participação familiar, os Planos Individuais de Atendimento (PIA e PAF);
- Estabelecer fluxos e protocolos entre PSB e PSE;
- Garantir educação permanente e supervisão técnica à equipe.

2. PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Oferece apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, promovendo a preservação de vínculos e a função protetiva da família. Apesar da relevância, o serviço não é ofertado em Ivaté devido à insuficiência de profissionais.

3. Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Executadas no CREAS, destinam-se a adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O atendimento é desenvolvido pela orientadora social, por meio de atividades que buscam integração social e garantia de direitos.

Rede Parceira – APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Escola Amor e Paz de Ivaté – integra a rede socioassistencial, atendendo em 2025 um total de 95 pessoas com deficiência. Suas ações fortalecem vínculos familiares, comunitários e a participação social dos usuários.

Alta Complexidade

Compreende serviços que oferecem proteção integral a indivíduos e famílias com vínculos rompidos, garantindo acolhimento, moradia provisória, alimentação, higiene, segurança e apoio psicossocial. O objetivo é a reintegração familiar ou comunitária e a construção de autonomia.

Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar

Conta com coordenadora (40h semanais, formação em pedagogia) e apoio técnico do CREAS, a casa conta com duas cuidadoras em regime de escala, mas enfrenta desafios como ausência de cuidador residente e auxiliar de cuidador, uma zeladora (40h semanais).

No município, não há instituição de longa permanência para idosos, sendo priorizado o fortalecimento familiar para evitar afastamentos.

Programa Bolsa Família e Cadastro Único

No mês de dezembro de 2025, o município de IVATÉ/PR teve 398 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 1.065 pessoas beneficiadas, e totalizando um investimento de R\$ 269.900,00 e um benefício médio de R\$ 683,29.

Quantidade de benefícios do Bolsa Família, por tipo, em dezembro de 2025 no município de IVATÉ/PR:

- **1.065 Benefícios de Renda de Cidadania (BRC):** no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- **359 Benefícios Complementares (BC):** destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I deste parágrafo seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), calculado pela diferença entre este valor e a referida soma.
- **215 Benefícios Primeira Infância (BPI):** no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição, crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos.

Programa Auxílio Gás dos Brasileiros

É um auxílio financeiro destinado às famílias de baixa renda, com o objetivo de reduzir o efeito do aumento do preço do gás de cozinha sobre o orçamento doméstico. Essa parcela dobrada (Adicional Complementar) possui caráter temporário, sendo paga até que novo programa venha a substituir o Programa.

O município de IVATÉ/PR teve 71 famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 7.668,00.

1.1. Gestão das condicionalidades e o acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social

a) Condicionalidades de Educação:

Em setembro de 2025, 375 beneficiários(as) de 4 a 18 anos incompletos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação.

O município de IVATÉ/PR conseguiu acompanhar 375 beneficiários(as) entre 4 e 18 anos incompletos de idade, o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 100,0% na educação. O resultado nacional de acompanhamento foi de 87,7%. Portanto, um acompanhamento da frequência escolar muito bom.

Tabela 16. Cobertura de acompanhamento

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e jovens (16 a 17 anos)
Público para acompanhamento	64	273	38
Pessoas acompanhadas	64	273	38
Taxa de acompanhamento em IVATÉ/PR	100,0%	100,0%	100,0%
Taxa de acompanhamento no BRASIL	82,7%	89,9%	83,0%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	58	266	28
Taxa de cumprimento em IVATÉ/PR	90,6%	97,4%	73,7%
Taxa de cumprimento no BRASIL	95,6%	95,8%	90,0%

b) Condicionalidades de Saúde

Em junho de 2025, 816 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e as mulheres.

O município de IVATÉ/PR conseguiu acompanhar 734 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 90,0% na saúde. O resultado nacional de acompanhamento foi de 81,4%.

Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde muito bom. No entanto, é importante que o município continue trabalhando, no sentido de manter o acompanhamento da saúde no município em patamar elevado.

Tabela 17. Cobertura de acompanhamento

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres
Público para acompanhamento	249	567
Pessoas acompanhadas	181	553
Taxa de acompanhamento em IVATÉ/PR	72,7%	97,5%
Taxa de acompanhamento no BRASIL	61,1%	88,9%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	181	-
Taxa de cumprimento em IVATÉ/PR	100,0%	-
Taxa de cumprimento no BRASIL	98,0%	-

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O município de IVATÉ/PR já vem realizando as atividades de cadastramento e atualmente (dezembro de 2025) tem um total de 1.298 famílias cadastradas no Cadastro Único, dentre as quais 1.201 atualizaram seus cadastros nos últimos dois anos.

Assim, em novembro de 2025, IVATÉ/PR teve uma TAC de 85,7%, enquanto a média nacional foi de 89,3%.

O repasse desses recursos é realizado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Se o IGD-M de IVATÉ/PR alcançasse o máximo, ou seja, fosse igual a 1 (um), o município receberia R\$ 3.200,00 mensalmente, mais o valor dos incentivos.

O último repasse realizado para o município foi de R\$ 361,00, com base no índice 0,90 do IGD-M referente ao mês de novembro de 2025. Os valores financeiros calculados com base no IGD-M e repassados em 2024 somam o montante de R\$ 40.900,00.

Em outubro de 2025, o saldo na conta corrente do município de IVATE/PR (no Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - BL GBF FNAS) era de: R\$ 91.091,75.

O município de IVATÉ/PR está recebendo 10% do total que poderia receber do recurso do IGD PBF em função de estar com o saldo em conta acumulado por um período superior aos meses indicados na tabela abaixo.

Taxas utilizadas para cálculo do IGD-M referente ao mês de novembro de 2025

Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		Fator de operação	
Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município
89,3%	85,7%	87,7%	100,0%	81,4%	90,0%	86,9%	90,3%

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à população do município de Ivaté, por meio da implementação de políticas públicas intersetoriais, sustentáveis e contínuas, que assegurem o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, respeitando a diversidade cultural, promovendo a saúde, a inclusão social e o desenvolvimento local sustentável.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fortalecer a governança da SAN no município, por meio da consolidação do SISAN, com atuação articulada entre as áreas da assistência social, saúde, educação, agricultura, meio ambiente e planejamento.
2. Ampliar o acesso da população em situação de vulnerabilidade social a alimentos adequados e saudáveis, por meio de programas de transferência de renda, benefícios eventuais, equipamentos públicos de SAN e ações de proteção social.
3. Promover a produção local de alimentos, com incentivo à agricultura familiar, à agroecologia e às práticas sustentáveis, fortalecendo os circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento econômico local.
4. Garantir a qualidade alimentar e nutricional nos programas públicos, especialmente na alimentação escolar, assegurando o cumprimento das diretrizes do PNAE e a aquisição de alimentos da agricultura familiar.
5. Desenvolver ações permanentes de educação alimentar e nutricional, voltadas a diferentes públicos, promovendo hábitos alimentares saudáveis, a prevenção da insegurança alimentar, da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis.

6. Fortalecer a vigilância alimentar e nutricional, por meio do monitoramento contínuo da situação nutricional da população, utilizando sistemas oficiais como SISVAN, e-SUS e outros indicadores de SAN.
7. Promover a inclusão social e produtiva de famílias em situação de insegurança alimentar, por meio de ações integradas com o SUAS, capacitação, apoio à geração de renda e acesso a políticas públicas.
8. Incentivar práticas sustentáveis de produção, consumo e manejo ambiental, visando a preservação dos recursos naturais, o combate ao desperdício de alimentos e a promoção da segurança alimentar a longo prazo.
9. Assegurar a participação e o controle social, fortalecendo os conselhos municipais e espaços de diálogo com a sociedade civil na formulação, execução e avaliação das ações de SAN.

3. AÇÕES DE SAN 2022/2025, AVANÇOS E DESAFIOS.

3.1 APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Monitoramento tem por finalidade apresentar o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) do Município de Ivaté – Paraná, referente ao período de 2022/2025, conforme diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e orientações da CAISAN/PR.

Este documento constitui instrumento técnico de gestão, transparência e controle social, permitindo avaliar o cumprimento das metas, a execução das ações previstas e a evolução dos indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no território municipal.

3.2 BASE LEGAL E INSTITUCIONAL

O monitoramento do PLAMSAN fundamenta-se nos seguintes marcos legais e normativos:

- Lei nº 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN);
- Decreto que institui o SISAN;
- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN);
- Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN 2022–2025;
- Decreto Municipal de instituição da CAISAN Municipal.

A coordenação do monitoramento é de responsabilidade da **CAISAN Municipal**, com participação das Secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura, Meio Ambiente e demais órgãos envolvidos.

3.3 METODOLOGIA DE MONITORAMENTO

O monitoramento foi realizado a partir da análise dos indicadores definidos no PLAMSAN, utilizando dados provenientes de sistemas oficiais e registros administrativos, tais como:

- SISVAN e e-SUS APS;
- CadÚnico e SUAS;
- PNAE/FNDE;
- PAA;
- IBGE e IPARDES;
- Relatórios setoriais das secretarias municipais.

Os dados foram coletados, sistematizados e analisados de forma intersetorial, permitindo avaliar o desempenho das ações em cada eixo do Plano.

3.4 MONITORAMENTO DO PLAMSAN

Este item apresenta como se comportou o município por meio das políticas de saúde, educação, assistência social e agricultura e meio ambiente para o quadriênio 2022/2025.

As ações foram tabuladas em análise realizada pela CAISAN Municipal apontado se a política de SAN conseguiu avançar ou não no município. E se não atingiu o resultado esperado, quais serão as estratégias adotadas para que o seu indicador seja atingido no próximo quadriênio.

DESAFIO 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Corresponde às Diretrizes 1 da PNSAN.

OBJETIVO 1 - Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, em extrema vulnerabilidade, por meio do acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA.

Subtema	Meta	Ações Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Famílias inseridas nos programas de transferência de renda.	Atender às famílias em situação de pobreza que estão inseridas nos programas de transferência de renda.	1) Realizar ações intersetoriais junto as famílias do Nossa Gente Paraná, visando contribuir para a autonomia das famílias.	8 ações realizadas por ano até 2025	Secr. Assistência Social.	<p>Foi realizado no grupo “nossa gente” encontros mensais, levando conhecimentos e informações, garantindo a essas famílias conhecer as políticas públicas e seus direitos.</p> <p>As famílias em vulnerabilidades foram beneficiadas com benefícios eventuais como a cesta básica, nesse atendimento com escuta qualificada é averiguada toda a situação familiar desde da saúde até o âmbito</p>	<p>As metas foram atingidas de forma quantitativa, porém não da forma esperada, devido à falta de compromisso de algumas famílias.</p> <p>Devido ao número reduzido de profissionais não conseguimos desenvolver e levar maior quantidade e abrangência de informações para desenvolver ainda mais o grupo.</p>	<p>Promover oficinas de educação alimentar, capacitação e treinamento para os profissionais para atender com maior qualidade os usuários.</p> <p>Ampliar parcerias com intuições de ensino para fortalecer e ampliar o alcance.</p> <p>Promover conscientização através de campanhas.</p> <p>Monitoramento de indicadores para acompanhar o índice de insegurança alimentar e ajustar ações com base nesses dados.</p>

					financeiro e vínculos familiar e social.		
	Ofertar ações de segurança alimentar aos beneficiários dos programas de transferência de renda.	2) Realizar por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, palestras sobre hábitos alimentares e nutricionais a todos os beneficiários.	2 palestras por ano até 2025	Secr. Assistência Social.	<p>Não foi realizado.</p> <p>No SCFV nos encontros semanais com as crianças, adolescentes e idosos foram trabalhadas e desenvolvidas atividades sobre o que são políticas públicas seus direitos e deveres perante a sociedade civil.</p>	<p>as metas foram atingidas de forma quantitativa, porém não da forma esperada, devido à falta de compromisso de algumas famílias.</p> <p>Devido ao número reduzido de profissionais não conseguimos desenvolver e levar maior quantidade e abrangência de informações para desenvolver ainda mais o grupo.</p>	<p>Capacitação continuada para os profissionais.</p> <p>Reuniões trimestrais com as famílias para conscientizar da importância das frequências nos grupos e seus benefícios para toda sua família.</p> <p>Parceria com membros da sociedade e secretarias municipais para alinhar palestras e atividades diferenciadas no decorrer do ano.</p> <p>Colocar em pratica o que é desenvolvido nos grupos para que eles possam ter um contato visual e manual de tudo que é aprendido ouvido nas suas dinâmicas.</p>

A execução das ações previstas para o Objetivo 1 demonstra avanços importantes no atendimento quantitativo das famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente por meio da inserção em programas de transferência de renda, concessão de benefícios eventuais e acompanhamento pelo SCFV e Programa Nossa Gente Paraná.

Entretanto, a análise qualitativa evidencia limitações estruturais e operacionais, tais como:

- Baixa adesão e comprometimento de parte das famílias às atividades propostas;
- Insuficiência de recursos humanos para ampliação e aprofundamento das ações;
- Dificuldade de execução das ações educativas planejadas dentro do período (2025), em especial as palestras e oficinas de educação alimentar;
- Predomínio de ações informativas, com necessidade de maior enfoque prático, vivencial e contínuo.

Esses fatores indicam que, embora as metas tenham sido formalmente atingidas, os impactos esperados na autonomia das famílias e na redução da insegurança alimentar ainda não ocorreram de forma plena, reforçando a necessidade de:

- Reorganização do planejamento;
- Fortalecimento da intersetorialidade;
- Ampliação de estratégias de educação alimentar permanente;
- Monitoramento sistemático de indicadores de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivo 2 - Promover o Acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma a contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis

Subtema	Meta	Ações Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Avaliação Nutricional.	Monitoramento do estado nutricional dos alunos.	3) Dar continuidade a avaliação nutricional dos alunos da rede municipal de Ivaté.	80% dos alunos por ano até final de vigência do PLAMSAN.	Secr. Educação.	Parcialmente	Não conseguimos atingir 100% das crianças, falta profissional	Contratar mão de obra qualificada para auxiliar na avaliação antropométrica

A continuidade da avaliação nutricional dos alunos da rede municipal de ensino de Ivaté representa um instrumento fundamental para o monitoramento do estado de saúde, crescimento e desenvolvimento infantil, além de subsidiar ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Apesar do planejamento prever a avaliação de 80% dos alunos por ano, a execução ocorreu de forma parcial, em razão da insuficiência de profissionais capacitados para a realização das avaliações antropométricas, o que impossibilitou o alcance integral da meta estabelecida. Tal limitação impacta diretamente a capacidade do município de identificar precocemente situações de risco nutricional, como desnutrição, sobrepeso e obesidade infantil.

Dessa forma, torna-se imprescindível o fortalecimento da estrutura técnica, por meio da ampliação da equipe, qualificação profissional e integração intersetorial entre as Secretarias de Educação e Saúde, garantindo a continuidade e a qualificação do monitoramento nutricional no período de 2026 a 2029.

DESAFIO 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural - Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 e 6 da PNSAN.

Objetivo 1 - Fomentar a criação de unidade de apoio com infraestrutura, equipamentos e pessoal para o recebimento, manipulação, armazenamento e distribuição dos alimentos da agricultura familiar nos programas municipais existentes

Subtema	Meta	Ações Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Insegurança Alimentar e Nutricional.	Consolidar o sistema municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para garantia do acesso a alimentação.	4) Criar central de recepção e distribuição de alimentos. (Conf. SAN/2015).	Central instalada até 2025.	Secr. Educação.	Os alimentos são recebidos na casa do produtor	-	-
		5) Desenvolver ações para o estabelecimento de ponto de recebimento e distribuição dos alimentos, com vista a valorização do produto local. (Conf. SAN/2019).	Solicitar a SEAB a liberação do Projeto enviado a DESAN (2019)	Secr. Educação.	-	-	-
		6) Rever estratégias para melhoria no transporte de alimentos do PAA. (Conf. SAN/2019).	Viabilizar veículo próprio para o PAA, até 2023	Secr. Educação e Prefeito municipal	Concluído	O município recebeu transporte específico para o Compra direta da Agricultura familiar.	-
	Atender famílias e entidades com a sobra de produtos da agricultura familiar.	7) Priorizar as famílias em vulnerabilidade inseridas em programas sociais na Segurança Alimentar e Nutricional, fazendo com que o excedente das compras diretas seja distribuído para essas famílias, em conjunto com o CRAS e outros órgãos	100% dos produtos reaproveitados	Secr. Assistência Social	durante o ano de 2025, foram executadas 3 ações para as famílias com insegurança alimentar dentro delas a cesta básica, SEAB, PAA. cesta básica 247 anual, SEAB 35	o resultado desse trabalho no ano de 2025 foi satisfatório.	monitoramento de indicadores para acompanhar os índices de insegurança alimentar e ajustar ações com base nesses dados. divulgação para a população de forma

		(Conferência de SAN/2015)			famílias quinzenal, montante de 560 unidades (8 meses), PAA de abril a setembro, 145 famílias atendidas semanal, montante de 3.360 unidades (6 meses).		de conhecimento sobre os serviços e programas prestados a sociedade para que venha até nós e assim consigamos ampliar e atender maiores números de famílias que necessitam desses programas e serviços.
--	--	---------------------------	--	--	--	--	---

O município de Ivaté apresenta avanços importantes no fortalecimento da agricultura familiar e no atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar, especialmente por meio da execução do PAA, parcerias com a SEAB e distribuição de alimentos às famílias vulneráveis.

Entretanto, observa-se que a inexistência de uma central municipal de recepção e distribuição de alimentos limita a organização logística, a valorização do produto local e a ampliação do atendimento institucional. Atualmente, os alimentos são recebidos diretamente nas propriedades dos produtores, o que fragiliza o controle, a padronização e o armazenamento adequado.

Por outro lado, destaca-se como ponto positivo a aquisição de veículo específico para o PAA, garantindo melhoria no transporte dos alimentos, bem como a efetiva destinação dos excedentes da produção para famílias em situação de vulnerabilidade, com resultados satisfatórios no ano de 2025.

Para o período de 2026 a 2029, torna-se fundamental estruturar fisicamente o sistema municipal de SAN, fortalecendo a logística, o reaproveitamento dos alimentos e a integração entre Educação, Assistência Social e Agricultura.

Objetivo 2 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores familiares.

Subtema	Meta	Ações Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Acesso à terra e gestão territorial.	Qualificar os serviços de assistência técnica rural.	8) Garantir a diversificação produtiva, de renda e a segurança alimentar e nutricional por meio da oferta de cursos aos agricultores familiares com metodologia de ATER para produção, organização, gestão e comercialização, garantindo a diversificação produtiva, de renda e a segurança alimentar e nutricional.	100% dos Agricultores pertencentes ao PNAE e PAA, até final da vigência do PLAMSAN	Secr. Agricultura.	Foi feito programas de distribuição de mudas.	Os produtores não tiveram êxito em dar continuidade a produção, principalmente na fase de comercialização	Encontrar outras culturas para fazer um novo programa, visando a comercialização desses produtos.
		9) Incentivar a área ocupada pela agricultura familiar no município. (Conf. SAN/2015).	Atender com ações de qualificação 10 agricultores até final de 2025	Secr. Agricultura.	Foi realizado, incentivando os produtores a participar de feiras agropecuárias, cursos e dia de campo	Foi com êxito inclusive a partir desses encontros um dos nossos produtores se interessou pelo cultivo orgânico e hoje encontra-se como produtor certificado	Manter a meta constante

As ações de assistência técnica e incentivo à diversificação produtiva em Ivaté ocorreram de forma pontual, com destaque para a distribuição de mudas, incentivo à participação em feiras, cursos e dias de campo. No entanto, verificou-se baixa continuidade produtiva, especialmente no que se refere à comercialização dos produtos.

Apesar disso, observa-se um impacto positivo qualitativo, como o surgimento de produtor orgânico certificado, evidenciando o potencial das ações quando associadas à capacitação e acompanhamento contínuo.

Para o período de 2026 a 2029, torna-se necessário fortalecer a ATER de forma permanente, com foco não apenas na produção, mas também na organização, gestão e comercialização, garantindo sustentabilidade econômica aos agricultores familiares.

Objetivo 3 - Promover a autonomia econômica por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, da ampliação e qualificação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Subtema	Meta	Ações Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Acesso à Políticas Públicas.	Atender crianças em idade de creche.	10)Atender crianças em idade de berçário e maternal, que estão na lista de espera do berçário I e 3 do maternal.	Atingir as 28 crianças até 2025.	Secr. Educação	Salas de aula em construção, lista de espera reduzida	Com estratégias, a lista de espera para o CMEI foi reduzida e as salas de aula do CMEI estão em processo de construção	-

As ações voltadas ao acesso às políticas públicas, especialmente na educação infantil, apresentaram avanços significativos, com a redução da lista de espera no CMEI e ampliação da infraestrutura física em andamento. Essas ações impactam diretamente a segurança alimentar das famílias, ao garantir alimentação adequada às crianças em idade de creche.

DESAFIO 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN.

Objetivo 1 - Promover o modelo de produção, extração e processamento de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização da agrobiodiversidade.

Subtema	Meta	Ações Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Fortalecimento da Agricultura Familiar.	Prestar ATER qualificada, voltados para a produção.	11) Promover capacitação técnica para os produtores rurais (Conf. SAN/2015).	Atender 100% dos agricultores da agricultura familiar.	Secr. Agricultura	Realizada	Positivo	Manter a constância da meta
		12) Trabalhar a reconstrução da cultura familiar (Conf. SAN 2015).	Número de ações realizadas por ano em cada secretaria até 2025.	Secr. Agricultura	6 ações	Positivo	Manter a constância da meta
		13) Ofertar palestras aos jovens para despertar o interesse em se manter na área rural e dar continuidade no seguimento agricultura familiar. (Conf. SAN 2015).	Número de ações realizadas por ano até 2025.	Secr. Agricultura	Não realizada	Falta de interesse dos mais jovens participar das atividades	Buscar recursos nas esferas federais e estaduais, que visão o incentivo dos mais jovens na agricultura.
		14) Reestruturar a associação de produtores rurais e viabilizar recursos financeiros para implantação de um espaço específico. (Conf. SAN/2015).	Associação reestruturada até 2023. Espaço da feira em funcionamento até 2022	Secr. Agricultura	Não realizada	Falta de interesse dos produtores em manter associação	Buscar recursos nas esferas federais e estaduais, que visão o incentivo dos produtores

As ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar em Ivaté demonstram avanços na oferta de capacitações técnicas e ações de ATER, com resultados positivos no que se refere à qualificação produtiva dos agricultores familiares. Observa-se também a realização de ações voltadas à valorização da cultura familiar rural.

Entretanto, persistem desafios estruturais relevantes, especialmente:

- Baixa participação dos jovens nas ações de incentivo à permanência no meio rural;
- Fragilidade organizativa dos produtores, evidenciada pela não reestruturação da associação rural;
- Dificuldade de mobilização coletiva para manutenção de espaços de comercialização, como feiras.

Esses fatores indicam a necessidade de reorientação das estratégias, com foco em incentivos econômicos, inovação, sucessão rural e fortalecimento institucional, visando garantir a sustentabilidade da agricultura familiar e a ampliação da produção agroecológica no período de 2026 a 2029.

Objetivo 2 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão, controle e educação voltados para o uso de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados e demais insumos agrícolas.

Subtema	Meta	Ações Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Legislação Sanitária.	Coordenar e supervisionar produtos.	15) Agregar valor aos produtos dos produtores rurais através da manipulação correta e fiscalizada com orientações e incentivos fiscais (Conf. SAN/2015)	Capacitar 100% dos agricultores da agricultura familiar.	Secr. Saúde e agricultura.	Foi oferecido cursos para o processamento de alimento por meio do SESI/SENAI	Indiferente, pois não aumentou a número de pessoas processam seus produtos	Manter a meta pois caso aja pessoa interessadas a aprender
		16) Designar Agente da Vigilância Sanitária para fazer orientações necessárias mensalmente nos locais públicos.	Número de ações realizadas por ano.	Secr. Saúde.	Não realizada	-	-

O município realizou ações pontuais de capacitação para o processamento de alimentos, com apoio de instituições como SESI/SENAI. Contudo, os resultados observados foram limitados, uma vez que não houve aumento significativo no número de produtores que passaram a processar seus produtos, indicando a necessidade de ações mais direcionadas e acompanhamento contínuo.

Além disso, verifica-se a necessidade de fortalecer a atuação da Vigilância Sanitária, especialmente no caráter orientativo e educativo, visando garantir boas práticas, segurança alimentar e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

DESAFIO 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias – Corresponde às Diretrizes 3 e 5 da PNSAN.

Objetivo 1 - Utilizar a abordagem territorial como estratégia para promover a integração de políticas públicas e a otimização de recursos, visando à produção de alimentos e ao desenvolvimento rural.

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Agricultura Urbana.	Implantar hortas comunitárias.	17) Construir hortas escolares, incentivando o aprendizado no que se refere à produção de hortas comunitárias através de reaproveitamento de terrenos baldios (Conf. SAN/2015).	2 espaços de hortas urbanas e ou escolares até 2025	Secr. Agricultura e Educação	1 ação Projetos em andamento para hortas escolares em 2026	APAE faz uma horta escolar para ensino e atividade motora	Abrir pelo menos mais uma
Organização de feiras.	Estruturar a feira livre municipal.	18) Aumentar a quantidade de produtos e de produtores da feira para ampliar o horário de funcionamento para a população (Conf. SAN/2015).	Inclusão de 6 produtores até 2025.	Secr. Agricultura.	Foi realizada reunião para reativação da feira dos produtores, no entanto os produtores não se interessaram em dar continuidade	negativo	Assim que tiver produtores interessados. Podemos viabilizar um espaço ou fazer aponte com associação das empreendedoras, atualmente utiliza o espaço.

As ações voltadas à agricultura urbana e à organização de feiras em Ivaté apresentaram avanços pontuais, como a implantação de horta escolar em parceria com a APAE e o planejamento de novos projetos para 2026. No entanto, os resultados ainda são limitados frente às metas estabelecidas, especialmente no que se refere à ampliação de hortas comunitárias e à reativação da feira livre municipal.

A baixa adesão dos produtores à feira evidencia a necessidade de rever estratégias de mobilização, incentivo econômico e articulação intersetorial, além de buscar modelos alternativos de comercialização e parcerias locais.

Para o período de 2026 a 2029, torna-se fundamental fortalecer a abordagem territorial, ampliando espaços de produção urbana, valorizando iniciativas existentes e diversificando canais de comercialização.

OBJETIVO 2 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Promoção da Alimentação Saudável	Realizar ações de educação nutricional.	19) Propiciar os meios necessários (recursos financeiros e humanos) para que os serviços e programas de educação nutricional aconteçam no município.	Contratar mais 3 profissionais até final do PLAMSAN	CAISAN	Não realizada	-	A contratação dos profissionais necessários está prevista para o início de 2026, via concurso público
		20) Viabilizar estratégias para conscientização ao consumo exagerado e consequente desperdício de alimentos. (Conf. SAN/2015).	Realizar duas campanhas até 2025	CAISAN	Não realizada	-	-

Observa-se que as ações de EAN no município foram insuficientes para atender às metas previstas, principalmente em razão da falta de recursos humanos. Apesar do planejamento institucional, não houve contratação de profissionais no período, o que comprometeu a execução das campanhas e ações educativas.

Entretanto, a previsão de contratação via concurso público para 2026 representa uma oportunidade estratégica para estruturar ações permanentes de EAN e fortalecer a atuação da CAISAN no território.

OBJETIVO 3 - Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente Escolar.	Elaborar e publicar ações de educação para o consumo humano.	21) Realizar campanhas educativas para a difusão de informações, orientação e estímulo à adoção de práticas e escolhas alimentares saudáveis pela população, por meio da valorização dos alimentos produzidos localmente.	Uma campanha por ano até 2025.	Secr. Educação.	Foi realizada uma palestra junto ao país, somente no CMEI de Herculândia	-	-
		22) Implantar projeto para aproveitamento integral dos alimentos e conscientização sobre o desperdício com a criação de uma ONG afim de arrecadar alimentos	Projeto elaborado em 2022. ONG criada até 2025	CAISAN.	Não realizada	-	-

		que sobram nos supermercados da cidade. (Conf. SAN/2019).					
Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos	Promover a Educação Ambiental sobre uso de agrotóxicos e consumo de alimentos com grande exposição a agrotóxicos.	23) Criar projeto para fomentar o senso crítico, prover esclarecimentos à população sobre uso indiscriminado do agrotóxico, risco a exposição humana ao agrotóxico, risco ao consumo de alimentos com alta exposição a agrotóxicos, risco a qualidade ambiental pelo uso discriminado de agrotóxico.	Duas ações até 2025.	CAISAN.	Não realizada (somente reunião com agricultor, para estímulo à produção de orgânicos)	-	-

As ações de EAN no ambiente escolar ocorreram de forma pontual e com alcance restrito, limitando-se a uma palestra em unidade específica. Projetos estratégicos, como a criação de ONG para aproveitamento de alimentos e ações educativas sobre agrotóxicos, não foram implementados, evidenciando fragilidade na articulação institucional e na capacidade operacional da CAISAN.

Para 2026–2029, torna-se essencial integrar as ações de EAN às rotinas das políticas públicas, com foco na autonomia dos sujeitos, na valorização dos alimentos locais e na educação ambiental.

DESAFIO 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação – Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN.

Objetivo 1 - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Controle e prevenção dos agravos relacionados ao consumo de alimentos.	Divulgar nos meios de comunicação os agravos relacionados a má alimentação.	24) Produzir materiais de apoio e qualificação das ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.	- Materiais elaborados em 2020. Realizar uma campanha por ano Até 2025	Secr. Saúde.	Capacitação a todos os profissionais da APS do curso QualiGuia do marcador de consumo alimentar para fins de orientação e acompanhamento das linhas de cuidado	Positivo, pendente apenas da implantação da equipe eMulti para fortalecer ainda mais as ações	Realizada a solicitação junto ao Ministério da Saúde

O município avançou de forma significativa na qualificação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), com capacitação no curso QualiGuia e utilização dos marcadores de consumo alimentar no PEC APS. As ações educativas e de orientação alimentar têm sido desenvolvidas principalmente nas linhas de cuidado do hipertenso, diabético, gestante e beneficiários do Bolsa Família.

Entretanto, observa-se como principal fragilidade a ausência da equipe eMulti, cuja implantação depende de formalização junto ao Ministério da Saúde, o que limita a ampliação das ações de promoção da alimentação adequada e saudável e o acompanhamento nutricional mais sistemático da população.

Objetivo 2 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional.

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.	Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da (CAISAN).	25) Implantar programas intersetoriais - educação, saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, como condição para melhoria da qualidade alimentar.	Plano Intersetorial elaborado 2023.	Secr. Saúde.	Ações nas linhas de cuidados do Hipertenso, diabético e gestante de orientações a partir da linha guia; Acompanhamento dos beneficiários do BF, com antropometria semestral a fim de avaliar o estado nutricional.	Positivo, pacientes com controle das doenças crônicas, pendente apenas de oferta de atendimento da equipe e multi em decorrência do aguardo da formalização do ministério da saúde.	Continuar a realizar as ações de orientação e marcadores de consumo alimentar no PEC APS
Saúde na Escola.	Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da (CAISAN).	26) Estabelecer estratégias de integração da saúde e educação objetivando o desenvolvimento das ações de prevenção, promoção e atenção à saúde dos educandos, capacitando profissionais em temas relacionados à segurança alimentar e nutricional e alimentação saudável.	Número de ações realizadas.	Secr. Saúde.	Não realizada	Sem resultado	Elaborar diagnóstico e ações para o ano de 2026 até março de 2026

		27) Elaborar diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população.	Diagnóstico elaborado até 2024	Secr. Saúde.	Pendente de atualização do diagnóstico	Sem resultado	Elaborar diagnóstico e ações para o ano de 2026 até março de 2026
--	--	--	--------------------------------	--------------	--	---------------	---

As ações intersectoriais de prevenção e controle da obesidade apresentaram resultados positivos, com destaque para o acompanhamento clínico e nutricional de usuários das linhas de cuidado e beneficiários de programas sociais. Contudo, a ausência da equipe multiprofissional limita a ampliação dessas ações.

Além disso, observa-se a pendência na integração efetiva com a área da Educação, especialmente por meio do Programa Saúde na Escola, e a necessidade de atualização do diagnóstico alimentar e nutricional do município.

Objetivo 3 - Promover o controle e a regulação de alimentos.

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Regulação de alimentos.	Desenvolver ações voltadas a regulação de alimentos.	28) Realizar campanhas junto aos consumidores sobre rotulagem, preparo e consumo de alimentos, a fim de propiciar uma alimentação saudável e segura.	Duas campanhas por ano até final de vigência do PLAMSAN.	Secr. Mun. Saúde.	Não realizada	Sem resultado	A realizar-se-á no ano de 2026, através da Vigilância Sanitária e APS

As ações de regulação de alimentos, especialmente voltadas à orientação dos consumidores sobre rotulagem e preparo adequado dos alimentos, não foram executadas até 2025, indicando a necessidade de reorganização da Vigilância Sanitária e maior integração com a APS.

Objetivo 4 - Fortalecer a vigilância alimentar e nutricional.

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Regulação de alimentos.	Desenvolver ações voltadas a regulação de alimentos.	29) Realizar campanhas junto aos consumidores sobre rotulagem, preparo e consumo de alimentos, a fim de propiciar uma alimentação saudável e segura.	Contratação de um profissional Nutricionista para realizar as ações.	Secr. Saúde	Solicitação junto ao Ministério da Saúde para implantação da equipe e Multi.	Pendente da resposta do MS.	Acompanhar a solicitação e fortalecer junto a gestão municipal a contratação do referido profissional.
Atenção nutricional.	Análise do estado nutricional da população por meio dos sistemas vigentes.	30) Realizar a cobertura populacional para melhoria da análise dos dados nutricionais das famílias.	50% dos sistemas alimentados mensalmente até final de vigência do PLAMSAN	Secr. Saúde	Profissionais da APS capacitados para incluir os marcadores de consumo alimentar no PEC	Positivo	Fortalecer periodicamente os profissionais para que essa ação não fique sem realizar.

O município avançou na capacitação dos profissionais da APS para alimentação dos sistemas de informação nutricional, com resultados positivos. No entanto, a ampliação da cobertura populacional e a contratação de nutricionista permanecem condicionadas à implantação da equipe eMulti.

DESAFIO 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural. - Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN.

OBJETIVO 1 - Garantir o acesso à água para o consumo humano e a produção de alimentos a populações rurais difusas e de baixa renda, de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Recursos Hídricos.	Conservar e recuperar solos, matas ciliares e áreas de nascentes.	31) Traçar estratégias para poder promover a proteção de fontes, minas e matas ciliares, orientar sobre o uso consciente de poços profundos e melhorar a assistência técnica.	Projeto em execução até 2023 em conjunto com os produtores rurais	Secr. Agricultura.	Foi feita recuperação de nascentes através do programa Itaipu.	Positivo	Continuar buscando recursos nas esferas federais e estaduais, para viabilizar os projetos.
Água para consumo humano e para produção de alimentos.	Promover o acesso e controle da qualidade da água.	32) Controlar e monitorar os rios e poços artesianos para melhor controle do desperdício e da qualidade da água.	Número de ações realizadas por ano.	Secr. Saúde.	Controle realizado frequentemente pela vigilância ambiental e sanitária	Positivo	Fortalecer ações nessa área.

O município de Ivaté apresenta avanços significativos na proteção dos recursos hídricos, especialmente por meio da recuperação de nascentes e áreas de preservação permanente em parceria com o Programa Itaipu, o que contribui diretamente para a segurança hídrica e alimentar das famílias rurais.

As ações de controle e monitoramento da qualidade da água, realizadas de forma contínua pela Vigilância Ambiental e Sanitária, demonstram efetividade na prevenção de agravos à saúde e no uso racional dos recursos hídricos.

Apesar dos resultados positivos, a ampliação dessas ações depende da continuidade na captação de recursos federais e estaduais, bem como do fortalecimento da assistência técnica aos produtores rurais, visando a sustentabilidade ambiental e produtiva no período de 2026 a 2029.

DESAFIO 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN.

Objetivo 1 - Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Ações Executadas	Análise do Resultado	Estratégias a serem adotadas
Intersetorialidade	Elaboração do III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.	33) Integrar as Secretarias de Agricultura, Assistência Social, Educação e Saúde, com a participação efetiva dos conselhos de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural (Conf. SAN/2019).	Realizar trimestralmente as reuniões	CAISAN	Não realizada	-	-
Participação social.	Apoiar os pequenos produtores.	34) Promover reuniões do conselho para que as informações cheguem aos agricultores da região. (Conf. SAN/ 2015).	6 reuniões ao ano até final do PLAMSAN	Secr. Mun. Agricultura.	Não realizada	-	-
		35) Fomentar uma gestão participativa, onde os órgãos públicos possam abrir espaços para que a população participe ativamente da gestão. (Conf. SAN/2019).	Divulgar o dia da reunião do CONSEA	CAISAN CONSEA	Não realizada	-	-

Monitoramento.	Revisão do PLAMSAN	36) Promover avaliação do Plano Municipal de SAN por parte dos representantes intersetoriais, visando revisão e adequação das metas propostas, objetivando atingir o maior número possível das metas pactuadas.	6 reuniões até o final de vigência do PLAMSAN.	(CAISAN) Secr. Educação	Não realizada	-	-
		37) Viabilizar o monitoramento e avaliação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. (Conf.SAN/2019).	Realizar três reuniões por ano até 2025	(CAISAN) Secr. Educação	Não realizada	-	-

No período de vigência avaliado, observa-se que o município não conseguiu consolidar plenamente os mecanismos de governança do SISAN, especialmente no que se refere à intersectorialidade, à participação social e ao monitoramento sistemático do PLAMSAN.

A ausência de reuniões regulares da CAISAN e do CONSEA, bem como a não realização dos processos de revisão e avaliação do Plano, comprometeu o acompanhamento das metas pactuadas e a identificação de avanços e retrocessos no cumprimento do DHAA.

Entretanto, reconhece-se que há estrutura institucional formalmente constituída, o que possibilita a retomada e o fortalecimento da gestão intersectorial a partir de 2026, mediante reorganização administrativa, planejamento de agendas e fortalecimento da participação social.

3.5 Conclusão geral do PLAMSAN

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) constituiu-se como um importante instrumento de planejamento, articulação intersetorial e orientação das ações públicas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no município. Ao longo de sua vigência, o Plano possibilitou avanços significativos em áreas estratégicas, especialmente na promoção da alimentação adequada e saudável, no fortalecimento das ações de saúde e nutrição, no controle e prevenção de agravos relacionados à má alimentação e na ampliação do acesso à água de qualidade para consumo humano e produção de alimentos.

Observa-se que diversas ações previstas no PLAMSAN foram executadas de forma parcial ou integral, com destaque para aquelas desenvolvidas no âmbito da saúde, educação e assistência social, como o acompanhamento nutricional de grupos prioritários, a inserção de marcadores de consumo alimentar nos serviços de atenção básica, as ações educativas no ambiente escolar e o controle da qualidade da água. Tais iniciativas contribuíram para o fortalecimento da vigilância alimentar e nutricional e para a promoção de práticas alimentares mais saudáveis junto à população.

Entretanto, a avaliação do Plano evidencia também desafios relevantes, sobretudo no que se refere à consolidação da intersetorialidade, à participação social e ao fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas sustentáveis de produção de alimentos. A baixa adesão de produtores rurais a iniciativas coletivas, as dificuldades na sucessão rural, a limitação de recursos humanos especializados e a irregularidade na realização de reuniões da CAISAN e dos conselhos impactaram diretamente a execução de algumas metas pactuadas.

Destaca-se ainda que a ausência de um processo contínuo e sistemático de monitoramento e avaliação do PLAMSAN dificultou a identificação tempestiva de entraves e a readequação das estratégias, reforçando a necessidade de aprimorar os mecanismos de governança do SISAAN em âmbito municipal. Apesar disso, o

município dispõe de estrutura institucional formalmente constituída, o que representa um potencial importante para a retomada e o fortalecimento da gestão intersetorial da política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que o próximo ciclo de planejamento priorize o fortalecimento da CAISAN, do CONSEA e dos espaços de participação social, bem como a integração efetiva entre as secretarias municipais, assegurando maior articulação das políticas públicas e otimização dos recursos disponíveis. A ampliação do quadro de profissionais qualificados, especialmente nas áreas de nutrição, vigilância sanitária e assistência técnica rural, também se apresenta como elemento central para a efetividade das ações.

Por fim, a experiência acumulada com a execução do PLAMSAN reafirma que a Segurança Alimentar e Nutricional deve ser compreendida como política pública transversal, permanente e estratégica para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do município. O compromisso com o DHAA exige planejamento contínuo, gestão qualificada, participação social ativa e monitoramento permanente, de modo a garantir que todos os cidadãos tenham acesso regular e permanente a alimentos adequados, saudáveis e produzidos de forma sustentável.

3.6 Considerações finais e recomendações

Com base na análise dos indicadores e das ações executadas, recomenda-se:

- fortalecimento das ações intersetoriais;
- aprimoramento da coleta e sistematização de dados;
- continuidade das ações com maior impacto positivo;
- adequação de estratégias para superação dos desafios identificados.

4. DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1. Caracterização Geral do Município

O Município de Ivaté, localizado na Região Noroeste do Estado do Paraná, caracteriza-se como município de pequeno porte, com população estimada inferior a 10 mil habitantes, conforme dados do IBGE. Apresenta perfil socioeconômico marcado pela presença significativa da agricultura familiar, forte vínculo com o meio rural e dependência de políticas públicas para garantia da proteção social e do acesso a direitos básicos.

A economia local está relacionada principalmente às atividades agropecuárias, com destaque para a produção agrícola em pequenas propriedades, o que confere ao município potencial estratégico para o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional por meio da produção local de alimentos.

2. Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Ivaté

2.1 Insegurança Alimentar e Vulnerabilidade Social

Assim como outros municípios de pequeno porte do Paraná, Ivaté apresenta parcelas da população em situação de vulnerabilidade social, especialmente famílias acompanhadas pela Política de Assistência Social, beneficiárias do Programa Bolsa Família, usuários do CRAS e pessoas idosas em situação de dependência de renda fixa.

Embora não existam levantamentos domiciliares específicos sobre insegurança alimentar no município, dados indiretos apontam para:

- demanda contínua por benefícios eventuais, especialmente cestas básicas;
- necessidade de acompanhamento familiar pelo PAIF;
- presença de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo;
- risco de insegurança alimentar leve e moderada, associada à instabilidade de renda.

Essas situações refletem os impactos persistentes do período pós-pandemia, do aumento do custo de vida e das dificuldades de acesso regular a alimentos saudáveis.

2.2 Produção de Alimentos e Agricultura Familiar

O município de Ivaté possui potencial produtivo relevante, com predominância de agricultores familiares responsáveis pela produção de alimentos básicos. No entanto, observa-se:

- necessidade de maior organização da produção local;
- dificuldades de acesso a mercados formais;
- baixa diversificação produtiva em algumas propriedades;
- desafios relacionados à assistência técnica e ao incentivo à produção agroecológica.

A ampliação da participação dos agricultores locais em políticas públicas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), representa oportunidade estratégica para o fortalecimento da SAN no território.

2.3 Abastecimento Alimentar e Acesso aos Alimentos

O abastecimento alimentar da população de Ivaté ocorre majoritariamente por meio do comércio local, feiras pontuais e mercados regionais. Observa-se:

- dependência significativa de alimentos provenientes de outros municípios;
- acesso limitado a alimentos frescos e diversificados em determinados períodos;
- custo elevado de alimentos saudáveis para famílias de baixa renda.

O fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, feiras da agricultura familiar e ações de incentivo à produção local são fundamentais para melhorar o acesso a alimentos adequados e reduzir a vulnerabilidade alimentar.

2.4 Situação Nutricional e Consumo Alimentar

Dados nacionais e estaduais, aliados à observação dos serviços de saúde locais, indicam:

- aumento do consumo de alimentos ultraprocessados;
- presença de sobrepeso e obesidade em diferentes faixas etárias;
- necessidade de fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

A Atenção Primária à Saúde desempenha papel central no acompanhamento do estado nutricional da população, especialmente de gestantes, crianças, pessoas idosas e beneficiários de programas sociais.

2.5 Equipamentos e Políticas Públicas Relacionadas à SAN

O município conta com equipamentos e políticas públicas que contribuem diretamente para a SAN, tais como:

- CRAS, com acompanhamento de famílias em vulnerabilidade;
- rede de Atenção Básica em Saúde;
- rede municipal de ensino, com execução do PNAE;
- políticas de apoio à agricultura familiar, ainda que com necessidade de ampliação.

Entretanto, identifica-se a necessidade de:

- maior articulação intersetorial;
- fortalecimento da governança local da SAN;
- estruturação da CAISAN Municipal, conforme diretrizes do SISO.

5 Diagnóstico

Dimensão 1 – Produção e Disponibilidade de Alimentos

- Predominância da agricultura familiar;
- Potencial para ampliação da produção de alimentos saudáveis;
- Necessidade de incentivo à diversificação produtiva e agroecologia.

Dimensão 2 – Acesso aos Alimentos

- Existência de famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Dependência de benefícios sociais;
- Necessidade de fortalecimento do abastecimento local e redução do custo dos alimentos.

Dimensão 3 – Consumo Alimentar e Nutrição

- Presença de consumo inadequado de alimentos;
- Risco nutricional associado ao consumo de ultraprocessados;
- Necessidade de ampliação das ações de EAN.

Dimensão 4 – Sustentabilidade dos Sistemas Alimentares

- Potencial para fortalecimento da produção local sustentável;
- Necessidade de integração entre agricultura, meio ambiente e SAN;
- Importância da preservação dos recursos naturais.

Dimensão 5 – Governança e Intersectorialidade

- Necessidade de fortalecimento da estrutura municipal do SISAN;
- Importância da atuação integrada entre Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura e Meio Ambiente;
- Ampliação da participação social na formulação e monitoramento das ações.

5.1 Síntese Diagnóstica (CAISAN/PR)

O diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Ivaté evidencia a coexistência de potencialidades produtivas e desafios estruturais. A presença da agricultura familiar, aliada às políticas públicas existentes, constitui base sólida para o fortalecimento da SAN. Contudo, persistem situações de vulnerabilidade

social, dificuldades de acesso a alimentos adequados e necessidade de aprimoramento da governança intersetorial.

O PLAMSAN 2026–2029 apresenta-se, assim, como instrumento essencial para organizar, integrar e fortalecer as ações municipais voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada

5.2 Tabela Diagnóstica – PLAMSAN

Dimensão da SAN	Problema Identificado	Causas Prováveis	Ações Estratégicas (Plano de Ação)	Meta (2026–2029)	Indicadores de Monitoramento
Produção e Disponibilidade de Alimentos	Baixa diversificação da produção de alimentos no município	1) Predominância de culturas tradicionais; 2) Cesso limitado à assistência técnica; 3) Baixa adoção de práticas agroecológicas	Incentivar a diversificação produtiva e a produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar	Ampliar em pelo menos 30% o número de agricultores familiares com produção diversificada	Nº de agricultores familiares participantes de ações de incentivo; Nº de culturas alimentares produzidas
	Participação limitada da agricultura familiar nos mercados institucionais	4) Dificuldade de organização produtiva; 5) Desconhecimento das políticas públicas; 6) Entraves burocráticos	Fortalecer a inserção da agricultura familiar no PAA e no PNAE	Garantir que no mínimo 30% dos recursos do PNAE sejam executados com agricultores locais	Percentual de recursos do PNAE executados com AF; Nº de agricultores habilitados
Acesso aos Alimentos	Existência de famílias em insegurança alimentar leve e moderada	6) Baixa renda; 7) Desemprego; aumento do custo dos alimentos	Ampliar ações de proteção social e acesso a alimentos	Reduzir em 20% a demanda por benefícios eventuais relacionados à alimentação	Nº de famílias atendidas com benefícios eventuais; Registros do CRAS
	Dependência de alimentos provenientes de outros municípios	8) Fragilidade do abastecimento local; 9) Ausência de circuitos curtos	Incentivar feiras locais e circuitos curtos de comercialização	Fortalecer ao menos 1 feira da agricultura familiar	Existência de feira ativa; Nº de produtores participantes

Consumo Alimentar e Nutrição	Consumo elevado de alimentos ultraprocessados	10)Falta de informação; 11)Facilidade de acesso a produtos industrializados	Desenvolver ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)	Realizar ao menos 2 ações de EAN por ano	Nº de ações realizadas; Nº público atendido
	Aumento de sobrepeso e obesidade	12)Hábitos alimentares inadequados; 13)Sedentarismo	Integrar EAN às ações da Atenção Básica e da Assistência Social	Ampliar em 25% o público acompanhado em ações de promoção da saúde alimentar	Registros do e-SUS/SISVAN; Relatórios da saúde
Sustentabilidade dos Sistemas Alimentares	Uso limitado de práticas sustentáveis na produção	14)Falta de incentivo técnico e financeiro	Promover práticas agroecológicas e sustentáveis	Incluir critérios de sustentabilidade em 100% das ações de apoio à produção	Nº de ações com critérios ambientais; Relatórios da agricultura
Governança e Intersetorialidade	Fragilidade da articulação intersetorial da SAN	15)Ausência de rotinas integradas; 16)Estruturação incipiente do SISOAN local	Fortalecer a governança municipal da SAN	Estruturar e manter ativa a CAISOAN Municipal	Existência de CAISOAN; Nº de reuniões realizadas
	Participação social limitada nas decisões de SAN	17)Baixa divulgação; 18)Pouco envolvimento comunitário	Fortalecer espaços de participação social	Realizar ao menos 1 conferência ou audiência pública no quadriênio	Nº de eventos realizados; Nº de atas e registros

5. PLANO DE AÇÃO – PLAMSAN - MUNICÍPIO DE IVATÉ – PARANÁ (2026–2029)

5.1 PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

Meta	Ações	Responsáveis	Prazo	Indicador	Descrição	Meta	Fonte Oficial
Ampliar em 30% a diversificação produtiva da agricultura familiar	1) Promover capacitações técnicas sobre diversificação produtiva e produção de alimentos saudáveis, vinculadas à demanda do mercado institucional (PNAE/PAA); 2) Incentivar a produção de hortaliças, frutas e alimentos básicos em pequenas propriedades; 3) Realizar diagnóstico prévio de viabilidade produtiva e econômica das culturas incentivadas; 4) Acompanhar tecnicamente os produtores por ciclo produtivo.	Secretaria de Agricultura; IDR; CAISAN Municipal	2026–2029	Agricultores familiares com produção diversificada	Nº de agricultores familiares que produzem ≥3 tipos de alimentos e comercializam regularmente	+30% até 2029	Secretaria Municipal de Agricultura; IDR; IBGE – Censo Agropecuário

Garantir no mínimo 30% dos recursos do PNAE com agricultura familiar local	<p>5) Mapear e cadastrar agricultores familiares aptos a fornecer ao PNAE;</p> <p>6) Apoiar agricultores na elaboração de projetos, documentação e regularização (CAF/DAP);</p> <p>7) Monitorar a execução financeira do PNAE e a participação da agricultura familiar.</p>	<p>Secretaria de Educação;</p> <p>Secretaria de Agricultura;</p> <p>IDR</p>	2026–2029	Participação da agricultura familiar no PNAE	Percentual de recursos do PNAE destinados à agricultura familiar local	≥30% ao ano	FNDE / PNAE
Ampliar o número de agricultores habilitados nos programas institucionais	<p>8) Apoiar tecnicamente a habilitação de agricultores no PNAE e PAA;</p> <p>9) Realizar acompanhamento contínuo para permanência dos agricultores nos programas.</p>	<p>Secretaria de Agricultura;</p> <p>IDR;</p> <p>Secretaria de Educação</p>	2026–2029	Agricultores habilitados	Nº de agricultores locais com CAF/DAP ativos fornecendo aos programas	Aumento progressivo	Secretaria de Educação; FNDE

5.2 ACESSO AOS ALIMENTOS

Meta	Ações	Responsáveis	Prazo	Indicador	Descrição	Meta	Fonte Oficial
Reduzir em 20% a demanda por benefícios eventuais relacionados à alimentação	10) Qualificar o acompanhamento familiar pelo PAIF	Secretaria de Assistência Social; CRAS	2026–2029	Famílias acompanhadas	Nº de famílias beneficiárias acompanhadas pelo PAIF	Redução gradual	CadÚnico / MDS
	11) Articular ações de inclusão produtiva e geração de renda; 12) Vincular famílias beneficiárias a programas de capacitação e trabalho.	Assistência Social; Agricultura	2026–2029	Benefícios eventuais concedidos	Nº de benefícios relacionados à alimentação	-20% até 2029	SUAS / CRAS / RMA
Reduzir concessão de benefícios eventuais alimentares	13) Monitorar concessão de benefícios relacionados à alimentação; 14) Priorizar estratégias estruturantes de geração de renda.	Assistência Social; CRAS	2026–2029	Benefícios concedidos	Nº de benefícios eventuais relacionados à alimentação	-20% até 2029	SUAS / CRAS / RMA
Fortalecer ao menos 1 feira da agricultura familiar	15) Identificar espaço físico e produtores interessados; 16) Apoiar a organização, funcionamento e regularização sanitária da feira; 17) Articular parcerias para incentivo à participação dos produtores.	Secretaria de Agricultura; Administração; Vigilância Sanitária	2026–2029	Feira implantada	Existência e funcionamento regular da feira	≥1 feira ativa	Secretaria de Agricultura

5.3 CONSUMO ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Meta	Ações	Responsáveis	Prazo	Indicador	Descrição	Meta	Fonte Oficial
Realizar ao menos 2 ações anuais de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)	18) Desenvolver oficinas, palestras e campanhas educativas; 19) Integrar ações de EAN aos serviços do CRAS, UBS e escolas; 20) Institucionalizar calendário anual de EAN.	Secretaria de Saúde; Assistência Social; Educação	Anual	Ações de Educação Alimentar e Nutricional	Nº de ações realizadas por ano	≥2 ações/ano	Saúde; Educação; Assistência Social
Ampliar em 25% o público acompanhado em ações de promoção da saúde alimentar	21) Fortalecer o acompanhamento nutricional via Atenção Básica; 22) Atualizar regularmente os registros do SISVAN; 23) Definir responsável técnico pelo monitoramento dos dados.	Secretaria de Saúde	2026–2029	Crianças acompanhadas no SISVAN	Percentual de crianças com avaliação nutricional registrada	≥70%	SISVAN / e-SUS APS
	24) Atualizar registro do SISVAN	Secretaria de Saúde	2026–2029	Prevalência de sobrepeso e obesidade	Percentual por faixa etária	Redução progressiva	SISVAN / Ministério da Saúde
Reduzir a prevalência de sobrepeso e obesidade	25) Utilizar dados do SISVAN para planejamento das ações; 26) Ampliar orientações nutricionais nos atendimentos da APS.	Secretaria de Saúde	2026–2029	Prevalência nutricional	Percentual por faixa etária	Redução progressiva	SISVAN / Ministério da Saúde

5.4 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Meta	Ações	Responsáveis	Prazo	Indicador	Descrição	Meta	Fonte Oficial
Incluir critérios de sustentabilidade em 100% das ações de apoio à produção	27) Integrar ações de SAN às políticas ambientais municipais;	Secretaria de Agricultura;	2026–2029	Agricultores com práticas sustentáveis	Nº de agricultores com práticas agroecológicas ou sustentáveis	Crescimento contínuo	Secretaria de Agricultura; IDR
	28) Priorizar agricultores com práticas sustentáveis em políticas públicas; 29) Estimular práticas agroecológicas e de conservação ambiental	Meio Ambiente; CAISAN Municipal		Ações integradas SAN–Meio Ambiente	Nº de ações conjuntas realizadas	≥1 ação/ano	Secretaria de Meio Ambiente
Fortalecer a integração SAN – Meio Ambiente	30) Planejar e executar ações conjuntas entre SAN e Meio Ambiente.	Secretaria de Meio Ambiente; CAISAN	2026–2029	Ações integradas	Nº de ações conjuntas realizadas	≥1 ação/ano	Secretaria de Meio Ambiente

5.5 GOVERNANÇA, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Meta	Ações	Responsáveis	Prazo	Indicador	Descrição	Meta	Fonte Oficial
Estruturar e manter ativa a CAISAN Municipal	31) Realizar reuniões periódicas; 32) Definir secretaria executiva responsável pelo monitoramento do PLAMSAN; 33) Inserir o acompanhamento do Plano como pauta fixa.	CAISAN Municipal	2027–2029	Reuniões da CAISAN	Nº de reuniões realizadas	≥2/ano	Atas da CAISAN
Ampliar a participação social em SAN	34) Planejar e executar conferência ou audiência pública de SAN; 35) Divulgar amplamente os espaços de participação	CAISAN; Conselhos Municipais	2027–2029	Nº de conferências/audiências	≥1 no quadriênio	Relatórios; Atas	Quadriênio
Fortalecer o monitoramento do PLAMSAN	36) Elaborar e publicar relatório anual simplificado de monitoramento; 37) Revisar metas conforme avaliação periódica.	CAISAN; Secretarias envolvidas	2027–2029	Monitoramento realizado	Relatório anual publicado (Sim/Não)	1 por ano	Relatórios oficiais

6. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PLAMSAN 2026/2029

1. Monitoramento do PLAMSAN

O monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Ivaté – Paraná será realizado de forma contínua, sistemática e intersetorial, com o objetivo de acompanhar a execução das ações previstas, o cumprimento das metas estabelecidas e a evolução dos indicadores definidos.

O processo de monitoramento baseia-se na coleta periódica de dados provenientes de sistemas oficiais de informação, tais como IBGE, SISVAN, e-SUS APS, SUAS, PNAE, PAA, CadÚnico e registros administrativos municipais, garantindo confiabilidade, transparência e padronização das informações.

A CAISAN Municipal, como instância de articulação intersetorial do SISAN, será responsável por coordenar o processo de monitoramento, promovendo a integração entre as secretarias envolvidas e assegurando a análise conjunta dos resultados.

2. Avaliação do PLAMSAN

A avaliação do PLAMSAN ocorrerá de forma periódica e participativa, considerando tanto os resultados quantitativos (indicadores) quanto os aspectos qualitativos da implementação das ações.

Serão adotados os seguintes tipos de avaliação:

- **Avaliação de Processo:**

Verifica o grau de execução das ações previstas, o cumprimento dos prazos, a atuação dos responsáveis e a adequação dos recursos utilizados.

- **Avaliação de Resultados:**

Analisa a evolução dos indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional, observando avanços na produção, no acesso, no consumo alimentar, na

sustentabilidade dos sistemas alimentares e na governança da política de SAN.

A avaliação será realizada anualmente, com consolidação dos resultados em relatórios técnicos, os quais subsidiarão o planejamento das ações subsequentes e a tomada de decisões pela gestão municipal.

3. Instrumentos e Fontes de Informação

O monitoramento e a avaliação do PLAMSAN utilizarão, prioritariamente, os seguintes instrumentos e bases de dados:

- Sistemas de informação do Ministério da Saúde (SISVAN, e-SUS APS);
- Sistemas da Assistência Social (CadÚnico, RMA, SUAS);
- Registros do PNAE/FNDE e do PAA;
- Dados do IBGE, IPARDES e demais órgãos oficiais;
- Relatórios das secretarias municipais envolvidas;
- Atas e registros das reuniões da CAISAN Municipal.

4. Participação Social e Transparência

A participação social constitui princípio fundamental do monitoramento e da avaliação do PLAMSAN. A sociedade civil será envolvida por meio de:

- audiências públicas;
- conferências municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- reuniões ampliadas da CAISAN Municipal;
- divulgação periódica dos resultados e relatórios de acompanhamento.

Esses espaços garantem a transparência, o controle social e o fortalecimento da democracia participativa na política de SAN.

5. Revisão do PLAMSAN

A revisão do PLAMSAN poderá ocorrer sempre que identificada a necessidade de adequação das metas, ações ou estratégias, em função de:

- mudanças no contexto socioeconômico local;

- alterações na legislação ou nas políticas nacionais e estaduais de SAN;
- resultados das avaliações periódicas;
- deliberações da CAISAN Municipal e dos conselhos envolvidos.

Ao final do quadriênio 2026–2029, será realizada uma avaliação final, cujos resultados subsidiarão a elaboração do PLAMSAN subsequente, assegurando a continuidade e o aprimoramento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

6. Matriz de Responsabilidades - Coleta e Monitoramento dos Indicadores – PLAMSAN Ivaté/PR.

Indicador	Fonte Oficial	Responsável pela Coleta	Responsável pela Consolidação	Periodicidade
Agricultores familiares com produção diversificada	IBGE / EMATER	Secretaria de Agricultura	CAISAN Municipal	Anual
Percentual do PNAE executado com AF	FNDE / PNAE	Secretaria de Educação	CAISAN Municipal	Anual
Agricultores habilitados no PNAE	FNDE / Educação	Secretaria de Educação	CAISAN Municipal	Anual
Famílias beneficiárias do Bolsa Família	CadÚnico	Assistência Social / CRAS	CAISAN Municipal	Semestral
Benefícios eventuais relacionados à alimentação	SUAS / RMA	Assistência Social / CRAS	CAISAN Municipal	Anual
Crianças acompanhadas no SISVAN	SISVAN / e-SUS	Secretaria de Saúde	CAISAN Municipal	Anual
Prevalência de sobrepeso e obesidade	SISVAN	Secretaria de Saúde	CAISAN Municipal	Anual
Ações de EAN realizadas	Relatórios setoriais	Saúde / Educação / Assistência	CAISAN Municipal	Anual
CAISAN Municipal instituída e ativa	Decreto / Atas	Gabinete / CAISAN	CAISAN Municipal	Permanente
Reuniões da CAISAN	Atas	CAISAN Municipal	CAISAN Municipal	Anual

A CAISAN Municipal no prazo de **60(sessenta)** dias criará, após aprovação do III PLAMSAN, o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano, composto por técnicos das secretarias de saúde, educação, assistência social e agricultura, bem como por representantes da sociedade civil do CONSEA/Municipal.

Fonte de pesquisa

Domicílios em insegurança alimentar (estimativa)-

VIGISAN / IBGE (PNAD Contínua)

IBGE – Censo Demográfico 2022;

INEP – Censo Escolar da Educação Básica;

Ministério da Educação (MEC);

Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)-

<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>

IPARDES – Perfil Municipal

<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>

SEAB/IDR-Paraná;

Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal;

Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.